anefa

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

nº10 · 3€ · Trimestral
Outubro/Novembro/Dezembro
2010

O poder das PME´s

4

A Floresta e a Diversidade Biológica

16

PAC pós 2013 Que futuro?

20

Unimadeiras

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, S.A.

Grupo de Gestão
Florestal da **Uni**madeiras

A qualidade faz-se em grupo

www.unimadeiras.pt

Lugar do Areeiro, Apt.3, 3854-909 Albergaria-a-Velha
Tel. (351) 234 521 864 Fax. (351) 234 523 665 geral@unimadeiras.pt

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

O Mundo Rural e a actualidade

Passada a época de incêndios , onde a floresta é sempre notícia de primeiro jornal, entramos agora em fase de rescaldo, com o ano de 2010 em fase final.

Com a discussão do Código Florestal na ordem do dia, acreditamos que esta pode ser uma oportunidade de pensar, planear e organizar o sector florestal, ouvindo todos os agentes envolvidos, traduzindo-se em legislação aplicável à realidade do país e das necessidades inerentes ao desenvolvimento rural.

A Política Agrícola Comum entra agora numa nova fase, e ganha uma dimensão cada vez mais relevante com as negociações que se aproximam, preconizando uma oportunidade para o desenvolvimento e viabilidade das zonas rurais.

O ano de 2010 é também aquele em que se comemora o Ano Internacional da Biodiversidade, e sem dúvida que o mundo rural assume um papel preponderante na diversidade biológica, sem que muitas vezes se reconheça a sua importância.

Há muito que é conhecido o papel elementar que as micro, pequenas e médias empresas têm na economia nacional e europeia, contribuindo para a criação de postos de trabalho, mas nunca é demais relembrar que no nosso país são efectivamente as microempresas que sustentam a maior parte do actual regime de segurança social, traduzindo-se num bem maior perante o Estado.

A ANEFA como representante das PME´s do sector agrícola, florestal e do ambiente não pode por isso deixar de lamentar a falta de visão e apoio perante estas estruturas responsáveis pela geração de riqueza e de valor acrescentado. Numa visão global, damos a conhecer nesta edição os números que representam as tão faladas micro, pequenas, médias empresas e a projecção do seu contributo para o Estado.

Pedro Serra Ramos
Presidente da Direcção

índice

1 **Editorial**

4 **Em Foco**
O poder das PME´s

6 **ANEFA**

16 **Actualidade**
A Floresta e a Diversidade Biológica

19 **Associadas**
O Trevo Lda.

20 **Opinião**
PAC pós 2013 - Que futuro?

26 **Associadas**
Pombalverde – Produção e Comércio de Plantas Lda.

27 **Eventos**
47ª Feira Nacional de Agricultura
Galiforest

29 **Agenda**

31 **Legislação**

Ficha técnica

anefa
Asociação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Rua dos Arneiros, 72 A C/V A · 1500-060 Lisboa
Telf:: 214 315 270 · FAX: 214 315 271Telm.: 912 545 930
E-mail: geral@anefa.pt · Site: www.anefa.pt
NIF: 502 140 550

Director: Eng.º Pedro Serra Ramos · **Sub-Director Redacção e Coordenação:** Eng.ª Joana Faria · joanafaria.anefa@gmail.com
Design e Produção Gráfica: Opal Publicidade S.A.
Tiragem: 1.500 exemplares · **Impressão:** Litografia Coimbra S.A.
Periodicidade: Trimestral · **Depósito Legal:** 279002/10
Inscrição ERC (Entidade Reguladora Comunicação): 125448 · **Preço:** 3€

"Revista Independente, sem qualquer subsídio estatal e/ou privado"

Os textos e a publicidade são da inteira responsabilidade dos seus autores.

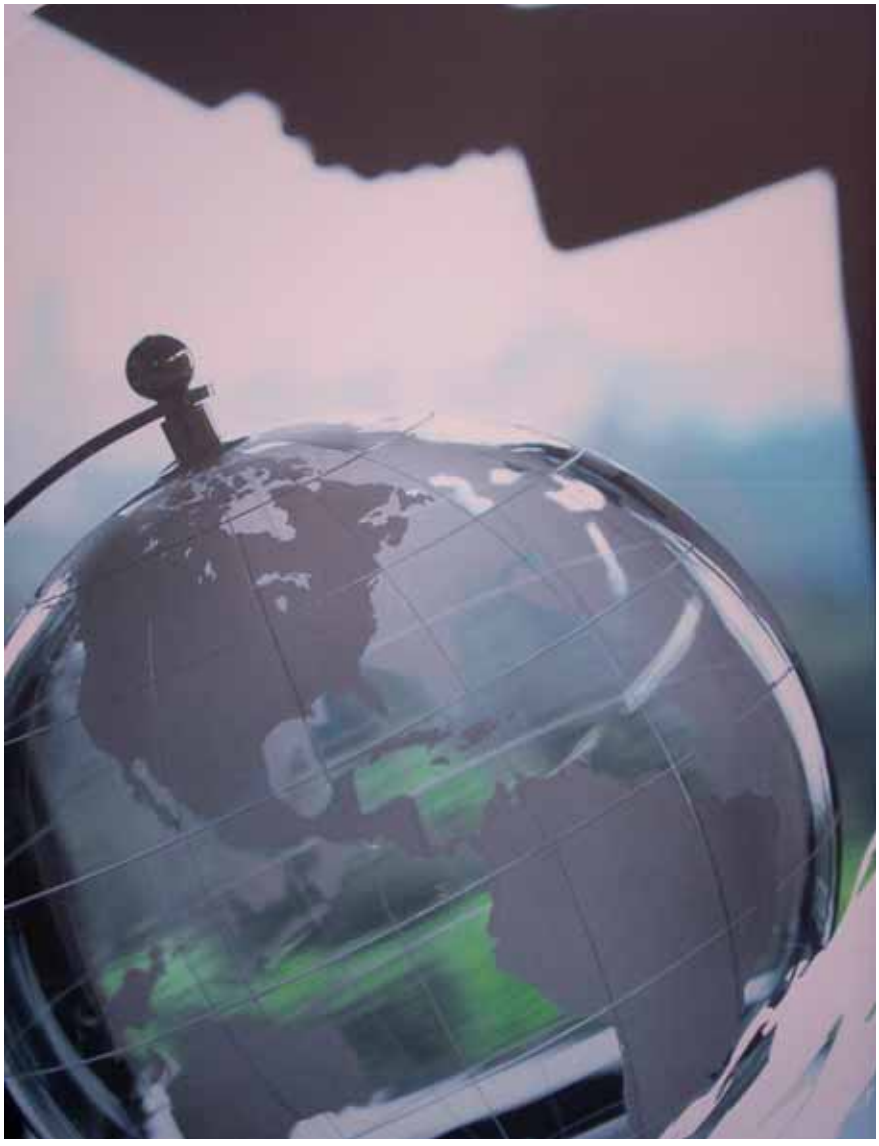
ufi Approved Event
fimap
FEIRA INTERNACIONAL
DE MÁQUINAS PARA TRABALHAR MADEIRA
www.fimap.exponor.pt
ufi Approved Event
ferrália
SALÃO DE ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTO AUXILIAR PARA
A INDÚSTRIA DA MADEIRA
www.ferralia.exponor.pt
Acrescentamos valor
ao seu negócio
20-23 Out. 2010
Só para profissionais. Proibida a entrada a menores de 14 anos
EXPONOR
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO
AEP
EXPONOR - Feira Internacional do Porto | Avenida Dr. António Macedo - Leça da Palmeira | 4454-515 Matosinhos
tel: 808 30 14 00 | fax: 229 981 482 | info@exponor.pt | www.exponor.pt | Lisboa: info.lisboa@exponor.pt | Leiria: info.leiria@exponor.pt | Algarve: tiago.ferreira@exponor.pt
Apoios:
AIMMAP
eumabois
almmp
forestis
FENAFLORESTA
anefa
embar
CICCOPN
Parceiro oficial de certificação
apcer

O poder das PME´s

Todos sabemos o papel fundamental que as pequenas, médias e microempresas têm na economia nacional e europeia, criando neste contexto 99% do tecido empresarial e sendo responsáveis por 59% do emprego industrial e 69% nos serviços.
Em conformidade com os restantes países do Sul da Europa, Portugal é um dos países onde as PME e em particular as microempresas, mais contribuem para a criação de postos de trabalho, assumindo-se assim o valor indiscutível que estas estruturas detêm perante o Estado.
A criação e manutenção de emprego, a consolidação de investimento duradouro e a geração e perduração de riqueza privada, geram no seu conjunto riqueza nacional, sendo esse um factor preponderante para a economia portuguesa.

Em tempo de crise, como aquele que atravessamos, são então as microempresas que sustentam a maior parte do actual regime de segurança social, que pagam os fundos sociais, as pensões e as reformas de quem já não se encontra na vida activa pública ou privada.
Numa altura em que se torna difícil assumir e manter dois postos de trabalho, não se pode esquecer que são também as microempresas que em última instância, pagam os desempregados gerados pelas Grandes Multinacionais, pelos Bancos e pelo Estado.
Se por sua vez multiplicarmos esses dois postos de trabalho pelo universo de todas as microempresas na mesma situação, então teríamos muitas centenas de milhares de pessoas a caminhar para a estatística do desemprego em Portugal num par de meses ou mesmo de dias.

Tendo em conta estudos recentes sobre as PME e microempresas em Portugal, sabe-se que estas representam 97% (c.290.000 empresas) do total de empresas a operar em Portugal, correspondendo a 55% do emprego privado total (1.500.000 pessoas). Estas instituições empregam em média 5 pessoas, incluindo na sua maioria o próprio empresário e sócio-gerente, e paga em média, de Taxa Social Única (TSU) por mês, 1200€ (5 postos de trabalho x salário médio mensal bruto de 600€ x 14 meses / 11 meses).
Deste modo, as microempresas entregam ao Estado cerca de 348 milhões de Euros de TSU por mês, por sua vez reencaminhados para fundos sociais de desemprego, pensões e reformas do sector público e privado.



AMEAÇAS

- Mais 435.000 desempregados a somar aos c. de 600.000 existentes
- Mais despesa social mensal de 261 milhões de euros
- Menos receita social mensal de 103 milhões de euros
- Acréscimo do custo social total mensal em 364 milhões de euros
- Menor folga e sustentabilidade do sistema actual e futuro de segurança social

OPORTUNIDADES

- Menos 580.000 desempregados
- Menos receita social mensal de 348 milhões de euros (temporária)
- Menos despesa social mensal de 348 milhões de euros (definitiva)
- Variação nula do custo social mensal no curto prazo
- Diminuição do custo social mensal no médio e longo prazo
- Maior folga e sustentabilidade do actual e futuro sistema de segurança social.

Se cada PME demitisse metade dos seus trabalhadores o número de desempregados passaria de cerca de 600.000 a mais de 1.000.0000

Feitas as contas, pergunta-se se o país, e consequentemente o Estado não beneficiaria se cada microempresa não pagasse TSU transitoriamente neste período de crise anunciada, desde que, em contrapartida, as empresas se comprometessem em gerar mais dois novos postos de trabalho, e assim reduzir o desemprego em mais de 580.000 pessoas.

Não nos podemos esquecer que, e se apenas metade das microempresas (145.000) despedisse hoje, metade dos seus colaboradores (3 postos de trabalho por empresa), o numero de desempregos aumentaria em mais 435.000 pessoas, o que levaria o Estado Português a despender mensalmente em fundos de desemprego cerca de 261 milhões de Euros.

Se é certo de que a Taxa Social Única deixaria de ser uma fonte de receitas para o Estado, a verdade é que em igual valor, deixaria de pagar fundo de desemprego a 580.000 pessoas, que no seu conjunto representam mais de 80% dos desempregados nacionais.

Assim, havendo vontade política e inteligência administrativa, é possível uma reestruturação sustentável do sistema, sendo que o Estado tem todos os meios para fomentar positivamente o emprego, o investimento e a riqueza nacional produzida.

As recentes estatísticas revelam ainda que ao nível do desenvolvimento e fixação da população em zonas rurais, as PME´s desempenham uma igual e relevante função. Considerando a dispersão geográfica, verifica-se uma constante no número de empresas com sede nas diferentes regiões, no entanto Lisboa caracteriza-se pela afectação de mais negócios, sendo que a região Norte se distingue pela criação de mais empregos. Por outras palavras, as PME´s e microempresas, espalhadas por todo o país, de norte a sul e do interior para o litoral, representam aquilo que de mais forte, permanente e duradouro mantém as pessoas ao seu país, à sua região, e à sua terra.

Paulo Barbosa e Joana Faria
ANEFA

“Da comunicação”
ANEFA na defesa e promoção dos seus associados

ANEFA reúne com Eurodeputado Nuno Melo

No dia em que os seus novos Corpos sociais tomaram posse, a ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente reuniu com o Eurodeputado do CDS-PP, Nuno Melo, para debater a situação actual do sector florestal nacional.
Com enfoque nas pragas e doenças florestais, o encontro incluiu a visita a um viveiro florestal, onde se debateu a questão do *Fusarium circinatum* e as implicações das restrições de comercialização a que os viveiros estão sujeitos.
Sem qualquer plano de apoio à destruição, os fornecedores de material florestal de reprodução, vêem-se desamparados pelas Autoridades Nacionais, que tendem a ignorar o risco de falência de inúmeras empresas e a destruição indiscriminada de milhares de plantas.
Ciente das dificuldades e a par das propostas da ANEFA para a redução os danos causados e da propagação de inoculo no viveiro e na Floresta, o Eurodeputado Nuno Melo, comprometeu-se a inquirir a Comissão sobre a actuação do Estado português nesta matéria, bem como do que poderá ser feito em prol da sustentabilidade da floresta nacional e da economia do país.

22.Jun.2010

Uma Floresta que vale milhões!

Com uma ocupação de mais de 38% do território nacional a floresta deve ser reconhecida do seu ponto de vista ambiental, económico e social, pela sua contribuição para a promoção da biodiversidade, combate à erosão, no seu papel como sumidouro de carbono, mas sobretudo no peso que desempenha para a economia do país.
A par da provada e reconhecida importância, surge inexplicavelmente uma falta de interesse e despromoção da floresta. Em vez do incentivo ao património verde que ainda temos, continuamos a assistir à criação de estruturas de planeamento, programas, planos de acção e demais instrumentos de política que na prática não funcionam, servindo apenas para burocratizar e deixar completamente disfuncional um sector que se quer operacional, ágil e produtivo.
E perguntamos nós quem paga esta sustentabilidade paliativa? Paga o Estado, e pagamos todos nós, contribuintes.
Deixemo-nos de ser “pequeninos” e de pensar que a imputação do que corre mal é sempre de terceiros. A conjuntura actual e a crise económica a que se assistiu nos últimos anos, não pode mais servir de “desculpa” para continuar a marginalizar a floresta nacional.
A sustentabilidade deste bem comum depende de todos, Produtores, Empresas, Estado e Indústria.

5.Jul.2010

Sector Florestal leva Portugal além fronteiras

"A importância do investimento privado e a modernização das empresas são o caminho para que o país possa ultrapassar a crise" foi esta a mensagem deixada pelo Presidente da República ao visitar mais uma unidade fabril de produção nacional de pasta de papel.

O sector primário é talvez um dos poucos que combate em pé de igualmente, a desertificação e exclusão social, as alterações climáticas, e o reforço económico do país. E em tempos de crise, não é afinal disto que necessitamos? Há que saber então tirar partido das potencialidades da floresta, recorrendo à primazia do uso das matérias-primas nacionais, favorecendo o desenvolvimento do sector.

É de louvar o investimento de 2 mil milhões de euros que a indústria efectivou nos últimos dois anos em Portugal. Com produções anuais médias de pasta a rondar 1 milhão de toneladas, não é difícil projectar o valor negocial implícito à floresta.

Em 2010, tem-se aferido um aumento exponencial do valor da pasta de papel, que está cotada agora acima dos 700€ a tonelada, mas que em constrangimento não se reflecte no preço pago pela madeira nacional.

Assim, se temos já a técnica e o "know-how", que venha agora um novo tempo de maior investimento na Floresta em si, com incentivos à arborização e ao uso da terra, colmatando a falta de capacidade de investimento de produtores e prestadores de serviços, que não têm acesso facilitado aos créditos bancários, e que sentem no ProDeR uma esperança "quase" perdida.

As condições estão criadas, basta valorizar a matéria-prima nacional, como meio de apoio e incentivo a florestação, criando oportunidades e conjunturas para o desenvolvimento e sustentabilidade do sector em todas as suas vertentes.

9.Jul.2010

Incêndios florestais: calor a mais e ProDeR a menos!

Com um cenário severo de alterações climáticas, pouco resta fazer em relação às condições meteorológicas que se anunciam. Não podemos esperar por um Verão menos quente, ou um Inverno menos húmido e propício ao desenvolvimento de vegetação, é preciso sim investir na floresta, na sua manutenção e preservação, ou seja, é necessário que o ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural entre em funcionamento…

O ProDeR poderia ser neste momento o principal "meio de combate" aos incêndios florestais, pois uma vez operacionalizado, permitiria que Municípios, empresários, proprietários e produtores florestais tivessem dinheiro para investir na floresta, efectuando as necessárias acções de silvicultura preventiva nas suas áreas.

Em termos económicos, os incêndios florestais têm sem dúvida um impacte significativo. Utilizando como referência os resultados preliminares do IFN 2005/06, estima-se que tenha ardido nesse período 16,4% da área de pinheiro, 9,9% da área de eucaliptal, e 2,6% da área de sobreiro em Portugal Continental. Considerando um valor médio de 2500 euros por hectare (ha) de pinheiro ardido, 1500 euros por cada ha de eucalipto e 1500 euros por ha de sobreiro, é notório o impacto anual dos incêndios na economia do país, que só nestas três espécies, e para o período em análise, é superior ao custo de construção dos estádios de futebol do Euro 2004.

Curiosamente, no período entre 2000 e 2004, foram gastos em prevenção cerca de 150 milhões de euros, contrastando com os 330 milhões gastos no combate aos incêndios, o que transfigura uma clara falta de estratégia. Em 2003, o custo tido em prevenção, combate, perdas de bens e serviços e recuperação, ascenderam os 1.026,7 milhões de euros, no entanto em 2004, os gastos em prevenção rondaram os 52, 6 milhões, ou seja, 20 vezes menores ao efectivamente necessário.

Portugal é no entanto o único país europeu que desenvolveu um Fundo de apoio à floresta. Criado em 2004, o Fundo Florestal Permanente, gera anualmente 30 milhões de euros, no entanto, esta verba apenas tem sido aplicada no apoio ao planeamento, criação e manutenção de estruturas organizativas ligadas à produção, arranjo de caminhos e estradas.

Feitas as contas, os cerca de 150 milhões de euros já adquiridos por este Fundo, dariam para arborizar mais de 100 mil hectares ou para limpar cerca de 200 mil hectares, ajudariam na criação de mais de 10 mil postos de trabalho permanentes, e ao nível das receitas para o Estado, representaria cerca de 37 milhões de euros de contribuição para a Segurança Social.

4.Ago.2010

Sector Florestal por um fio! Incêndios Florestais na ordem do dia...

Não querendo por mais "lenha na fogueira", que por sinal está já suficientemente acesa, a ANEFA não pode deixar de demonstrar a sua preocupação em que as Altas Autoridades considerem que os prejuízos associados a 15 mil hectares (ha) de área ardida se resumam a 15 milhões de euros, ou seja 1000 euros por ha… se assim fosse, então é que deixaríamos de ter floresta.

O sector tem uma dinâmica e importância muitas vezes desconhecida pela sociedade civil, mas assistir a esse desinteresse e despromoção por parte das Autoridades nacionais tem outra perspectiva.

É tempo de pôr em prática todas as alternativas de que dispomos. Financiamento para novas arborizações, operacionalização do ProDeR, uso do Fundo Florestal Permanente directamente para a floresta e meios de combate acessórios aos já utilizados, uma vez que há semelhança de outros países europeus, em Portugal estamos a descurar a hipótese de combater os incêndios com maquinaria e equipamento florestal (por exemplo máquinas de rastos) e respectivos operadores que tão bem conhecem a floresta, traduzindo-se numa mais-valia.

Não podemos no entanto considerar despropositado que a tutela considere que "não é por falta de financiamento que a limpeza das matas e floresta fica por fazer, assim como as demais acções de prevenção", mas sim porque têm de ser criados "novos mecanismos de intervenção" onde o agravamento das coimas para os prevaricadores e os mecanismos de natureza fiscal são as principais soluções apontadas.

Mais uma vez o Estado "investe" em medidas de carácter penalizador, ao invés da vertente de incentivo que deveria transparecer. A ANEFA acredita que a floresta nacional merece muito mais…

11. Ago.2010

Associadas da ANEFA comercializam Eucalipto glóbulos proveniente de semente seleccionada

Após a assinatura do protocolo entre a ANEFA e a Silvicaima, diversos viveiristas associados adquiriram semente seleccionada de Eucalipto glóbulos, com o intuito de produzirem plantas de crescimento mais regular, conduzindo a uma maior produção e rentabilidade, com vista a uma silvicultura praticada às condições específicas. Assim, se tem interesse na compra de plantas de melhor qualidade, deve consultar os fornecedores:

ARVOPLANTA
VIVEIROS FLORESTAIS

R. do Sanjal nº 277 Vale de Avim,
3780 - 481 Anadia
Telef.: 231503531 · Fax: 231503531
arvoplanta@iol.pt

POMBALVERDE
Produção e Comercialização de Plantas, Lda.

Rua Principal nº10 Bonitos,
3105-007 Almagreira PBL
Telef.: 236961413 · Fax: 236961134
geral@pombalverde.pt

Carlos Alberto Paiva
Viveiros Florestais e Plantações

R. Pau da Mata n.º1,
3450 - 306 Mortágua
Telef.: 231920530

Melo & Cancela, Lda
Sociedade Agrícola e Pecuária

Rua das Flores, nº17, Pereiro,
3780-412 Avelãs de Cima
Telef.: 231504946 · Fax: 231504946
jose.concela@iol.pt

ANADIPLANTA
Viveiros Florestais
tel /fax 231 511 774 | tlm 966 123 525
www.anadiplanta.com

R. Poeta Cavador,
3780 - 237 Anadia
Telef.: 231511774 · Fax: 231511774
agostinho@anadiplanta.com

HORTA FIXE

Rua Principal Nº4 Bonitos,
3105-007 Almagreira PBL
Telef.: 236961412 . Fax: 236968020
geral@hortafixe.com

Viveiros de Santo Isidro

Herdade Pontal - Apartado 5,
2985 - 275 Pegões
Telef.: 265898039 · Fax: 265898047
viveirostosisidro@gmail.com

Destaque especial na próxima edição

Jornadas Técnicas de Operações Florestais

Com o objectivo de dar a conhecer novos equipamentos afectos ao sector florestal e debater as suas técnicas de utilização, novas oportunidades e desafios, a a ANEFA organizou as Jornadas Técnicas de Operações Florestais, nos dias 28 e 29 de Setembro de 2010, no Parque Municipal Cabeço de Montachique, em Loures. Este evento, destinado essencialmente a prestadores de serviços, técnicos e produtores florestais, contou com a presença dos representantes da ENFE – Rede Europeia de Empresários Florestais, e empresas internacionais, reunindo os mais diversos especialistas do sector.

anefa

ProNatura

O Projecto ProNatura ajuda a dar uma resposta de sustentabilidade a empresas com empenho nas áreas de responsabilidade ambiental e social. A parceria com empresas Nacionais e Multinacionais que desde o primeiro minuto acreditaram que era possível voltar a ter florestas, matas e espaços verdes, tem crescido todos os anos e apresentado sempre resultados surpreendentes.
A floresta pede um minuto do seu tempo. Ela está lá todos os dias por si e pelos seus.

Projecto ProNatura

Reflorestação de áreas ardidas e recuperação ambiental.
Os primeiros parceiros a reflorestar em 2010.

Projecto ProNatura

Parcerias

Mais informação em www.anefa.pt - parcerias

A parceria estabelecida prende-se com o fornecimento de gasóleo agrícola às associadas da ANEFA, bem como vantagens comerciais na aquisição de materiais e equipamento da empresa.

Este acordo surgiu pela necessidade de realizar análises laboratoriais relativas ao Cancro Resinoso do Pinheiro (Fusarium circinatum), que pudessem dar resposta atempada e verificação de resultados de viveiros associados da ANEFA

Cooperação

Para o desenvolvimento do seu trabalho e defesa das suas associadas, a ANEFA colabora com diversas entidades responsáveis dos diferentes sectores de actividade, nomeadamente:

empresas associadas

A. Travessa Ramalho & Filho, Lda.
Rua de Timor Leste, nº4 Apt.51
5360 - 909 Vila Flor
Telef.: 278516459 · Fax: 278516459
a.travessa.ramalho@sapo.pt

Abastena, Lda.
R. Pe. Estevão Cabral, 79 - 1º - s. 104
3000 - 317 Coimbra
Telef.: 239827953 · Fax: 239833545
abastena@gmail.com

Aguieira Florestal, Lda.
Vale de Açores
3450 - 226 Mortágua
Telef.: 231922126 · Fax: 231921782
aguieiraflorestal@mail.telepac.pt

Amaro Tavares & Filho
Av. Bombeiros Voluntários do Montijo 324
2870-219 MONTIJO
Telef.: 212301397 · Fax: 212313850
pedrotavares@atflda.com

Ambiflora, Lda.
Lugar Novo, R. Linha Férrea nº 10
4700 - 711 Palmeira Braga
Telef.: 253628364 · Fax: 253628364
ambiflora@ambiflora.pt

Anadiplanta
Rua Poeta Cavador - Anadia
3780 - 237 Anadia
Telef.: 231511774 · Fax: 231511774
agostinho@anadiplanta.com

António Panalo Pedrico
Rua do Cemitério nº 3, Edif. da Central de Camionagem - Lj 2
6320-359 Sabugal
Telef.: 271615071· Fax: 271615071
sondagenspedrico@gmail.com

Aquaflora Unipessoal Lda.
R. Dr. Manuel d´Arriaga
7540-183 Santiago do Cacém
Telef.: 269860211· Fax: 269860211
diogo.falcao@iol.pt

Arbogest - Empreendimentos Florestais
Rua da Lomba
3475-031 Caramulo
Telef.: 232861490· Fax: 232861490
arbogest@iol.pt

Arboser, Lda.
Herdade Espirra - Mitrena - Aptd 55
2901 - 861 Setúbal
Telef.: 265729499 · Fax: 265729493
arboser@portucelsoporcel.com

Armindo Pereira Pais Lda.
Sobrosa, Espinho, Mortágua
3450- 063 Mortágua
Telef.: 231515790 · Fax: 231515790
armindopais@live.com.pt

Aromas de Portugal
Rua S.Miguel nº15, 1º Apt171, Ponte da Pedra
2416-902 Leiria
Telef.: 244833648 · Fax: 244833649
geral@hortifresco-cmp.com

Arsénio Rodrigues & Irmão, Lda.
Rua Dr. Assis e Santos, nº 89
3450-123 Mortágua
Telef.: 231522735 · Fax: 231522737
isabel@plantagest.com

Arvoplanta
Francisco José Ferreira Veiga
Rua do Sanjal nº 277 - Vale de Avim - Moita
3780 - 481 Anadia
Telef.: 231503531 · Fax: 231503531
arvoplanta@iol.pt

Aval Verde, Engenharia e Ambiente, Lda.
Parque Industrial da Espinheira Apt. 123
Edifício Administrativo
Espinheira - 3360-287 Penacova
Telef.: 239476670 · Fax: 239476671
geral@avalverde.pt

Beirazimute
Bairro Sta Eugénia, lt 32 A - lj C
3500-034 Viseu
Telef.: 232185058 · Fax: 232185158
geral@beirazimute.pt

Bioflorestal S.A.
R. Padre Matos, Edif. 2000 - entrada 1 e 2
3850-091 Albergaria a Velha
Telef.: 234527123 · Fax: 234580407
geral@bioflorestal.pt

Biosani, Lda.
Casal de Sto. Isidro, Serra do Louro,
2950-305 Palmela
Telef.: 212333019 · Fax: 212351299
info@biosani.com

Carlos Alberto Paiva
Viv. Flor. e Plantações
Rua Pau da Mata n.º 1 - Monte de Lobos
3450 - 306 Mortágua
Telef.: 231920530

Casola e Pedro, Lda.
Santa Clara - Sardoal
2230 - 011 Alcaravela (Abrantes)
Telef.: 241855666 · Fax: 241855666

Castanea Sativa Lda.
Caveirós Bxº-Cambra Vouzela
3670-041 CAMBRA
Telef.: 232748017 · Fax: 232748017
castanea_sativa@hotmail.com

Célia Marques, Unipessoal Lda.
R. Caldeireiros 43 Marinha das Ondas
3080 - 485 Figueira Foz
Telef.: 233959157 · Fax: 233959157
madeirasmarques.uni@sapo.p

Cláudio & Moreira, Lda.
Rua Campo Futebol, nº 11 Palhagueiras
2560-044 A dos Cunhados
Fax: 261981810

CM - Comércio de Madeiras, Lda.
R. Eurocerâmica 59 - Brejos Azeitão
2925 - 145 Azeitão
Telef.: 212180206 · Fax: 212180206
claroemiranda@sapo.pt

Comadeiras Comércio Madeiras e Lenhas Lda.
R Central 17D, Espº S Touregas,
São Martinho do Bispo
3045-040 COIMBRA
Telef.: 239981428 · Fax: 239985289
comadeiras@sapo.pt

Consagri, Consultoria Agrícola Lda.
R. Padre Evaristo do Rosário Guerreiro, N.º 2
2100-195 Coruche
Telef.: 243611030 · Fax: 243611039
consagri@consagri.pt

Cortárvore, Lda.
Lugar de Vilela - Oliveira
4750 - 592 Barcelos
Telef.: 253843453 · Fax: 253843453
candidobastos-com@hotmail.com

Covelo e Pinto, Lda.
R. Almirante Reis, 294
2830 - 461 Palhais - BRR
Telef.: 212148890 · Fax: 212148899
geral@covelopinto.pt

Duarte Cesário
Estada Vale Junco, Ferraria Portalegre
6040 - 042 Comenda
Telef.: 241634048 · Fax: 241634116
dcfloresta@sapo.pt

Empev Gestão de Espaços Verdes Lda
Avenida 25 Abril 540-r/c-D, Abrantes
2200-299 ABRANTES
Telef.: 241377212 · Fax: 241377213
geral@empev.p

Empex, Lda.
Rua Inf. D. Luís 28
2200 - 090 Abrantes
Telef.: 241372903 · Fax: 241372904
daf.joao.carlos@mail.telepac.pt

Expoflora, Lda.
Largo da Saboaria, 8 e 10 - Aptd 272
2300 - 595 Tomar
Telef.: 249321295 · Fax: 249322833
expoflora@iol.pt

Flogistica, Lda.
Fonte Covas 13 - Vila Verde
4730 - 590 Turiz
Telef.:253311131 · Fax:253311827
flogistica@flogistica.com

Floponor, Lda.
Rio de Mel
6420- 552 Trancoso
Telef.: 271813324 · Fax: 271813323
geral@floponor.pt

Floresta Bem Cuidada, Proj. Florest., Lda.
Av. Da Igreja, 14 R/c dto
6300 – 399 Guarda
Telef.: 271237630 · Fax: 271237630
florestabemcuidada@sapo.pt

Floresta Jovem, Lda.
Rua Principal nº20 Carvalhal Ap.67
3450-301 Mortágua
Telef.: 231923148 · Fax: 231923148
floresta_jovem@sapo.pt

Floresta Renovada, Lda.
R. Maria Vela, 10
6300 - 581 Guarda
Telef.: 271222561 · Fax: 271222561
floresta.renovada@netvisao.pt

Florestas Sustentáveis, Lda.
Avenida José Malhoa nº2 Esc1.1
1070-325 Lisboa
Telef.: 217265160 · Fax: 217265121
info@florestassustentaveis.pt

Florgénese Lda.
Estrada do Seixalinho,
CityPark - Armazém A
2870-339 Montijo
Telef.: 212326790 · Fax: 212326797
florgenese@gmail.com

Forestcorte - Exp. Florestal, Lda.
Lugar De Paços
4540-451, MOLDES, Aveiro
Telef.: 256940260 · Fax: 256940269
forestcorte@gmail.com

Fortunato Pereira & Fos., Lda.
Av. Da Liberdade 145 - Cabeça Gorda
2530 - 333 Marteleira
Telef.: 261437265 · Fax: 261437265

FT - Floresta Transmontana, Lda.
Carrapatas
5340 - 070 Mac. Cavaleiros
Telef.: 278426003 · Fax: 278426003
florestatransmontana@gmail.com

Gestiverde, Lda.
R. D. Lopo Almeida, Lt 81 R/C Esq.
2200 - 281 Abrantes
Telef.: 241366806 · Fax: 241366850
geral@gestiverde.pt

Globulus, Lda.
R. Arcebispo de Évora, nº 62
2350-561T. Novas
Telef.: 249813256 · Fax: 249813256
globuluslda@gmail.com

Hortafixe
Rua Principal Nº4 Bonitos
3105-007 Almagreira PBL
Telef.: 236961412 · Fax: 236968020
geral@hortafixe.com

Ibersilva - Serv. Suc. Portugal
Av Antº Augusto de Aguiar 130 - 2º
1050 - 020 Lisboa
Telef.: 217800269 · Fax: 217800270
geral@ibersilva.pt

Ideal Jardins-Const. e Manut. Unip. Lda
Parque Empresarial Primóvel Edifício
A.3,2º-C, Albarraque
2635-595 Rio de Mouro
Telef.: 219250983 · Fax: 219150377
geral@idealjardins.pt

Igal, Lda.
Av. S. Sebastião, 4
7000 - 767 Évora
Telef.: 266734189 · Fax: 266735072
igal_@sapo.pt

Imobiente, Lda.
R.Sac. Cabral 11 Ap.Montramar nº1
8200-176 Albufeira
Telef.: 289586566 · Fax: 289585114
imobiente@sapo.pt

IndoFlorestal, Unipessoal Lda.
Rua d´Ega nº10
6000-183 Castelo Branco
Telef.: 272347166 · Fax: 272347166

Indumadeiras, Lda.
Rua Dr José Assis e Santos
3450-123 Mortágua
Telef.: 231920131 · Fax: 231920131
indumadeiras@hotmail.com

Ivo Gomes Unipessoal, Lda.
Quinta da Ramalhosa, Lote 55 Loja 2
3510-141 Viseu
Telef.: 232448437 · Fax: 232448437
geral@ivogomes.pt

Jardim Formoso, Lda.
Av. 25 de Abril, nº 56 – Galamares
2710-246 Sintra
Telef.: 219241205 · Fax: 219246632
geral@jardimformoso.mail.pt

José Maria Pereira e Fos, Lda. Cast.
Cast.Ventoso - S. Bartolomeu Serra
7540 - 321 Sant.Cacém
Telef.: 269902372 · Fax: 269902372
jmpefilhos@hotmail.com

José Matos Esteves
Bairro dos Medrouços, Rua Dr.Armando Pires,Via C, Lt 13
5340 - 255 Mac. Cavaleiros
Telef.: 278421632 · Fax: 278421632

Lazer e Floresta - Empresa Desenv. Agro-Florestal S.A
R Laura Alves nº 4, 10º esq. Lisboa
1050-138 LISBOA
Telef.: 217817314 · Fax: 217817319
lf@lazerefloresta.pt

M Cruz & Soares, Lda.
Lugar de Lages
4575-300 PAREDES PNF
Telef.: 255616153 · Fax: 255616168
mcruz_soares@hotmail.com

Madeicampo Exploração Florestal Lda.
R Central Campo 2215, Campo
4440-037 CAMPO VLG
Telef.: 224112639 · Fax: 224159217
madeicampo@sapo.pt

Madeira Santo Explor. Florestal Unip. Lda.
Caminho Poiso 48, Santa Cruz / Ilha da Madeira
9100-265 Santa Cruz
Telef.: 291552869 · Fax: 291552869
madeirasanto@gmail.com

Maditorres, Lda.
Casal Novo da Amieira
2560 - 044 Torres Vedras
Telef.: 261980040 · Fax: 261980049
maditorres22@gmail.com

Manuel Santana Rocha
São Sebastião
2040 - 494 Rio Maior
Telef.: 243907213
rmdrocha@gmail.com

Mata Verde Estudos e Projectos Lda.
Zona Industrial Cantarias
Rua Alexandre Afonso Lote 17
5300 – 429 Bragança
Telef.: 273331245 · Fax: 273332654
mata.verde.lda@gmail.com

Maurício - L.T.O., Construções Lda.
Estrada Nacional 8, Cintrão - Apartado 58
2540 -909 Bombarral
Telef.: 262609380 · Fax: 262604776
nuno.almeida@mlto.pt

Micoflora, S.A
Centro Empresas
Ed.Clube Naútico
Sra.Santana-Pav.1
7580 - 509 Alcácer do Sal
Telef.: 265613274 · Fax: 265613275
micoflora@micoflora.com

Mirapapel
Estrada Nacional 15, Lugar de Vale de Ague
5370 - 265 Mirandela
Telef.: 278248509 · Fax: 278248507
geral@mirapapel.com

O Trevo, Lda
R. Fernando Namora, 28 - 1º Dtº
7800 - 502 Beja
Telef.: 284325962 · Fax: 284318365
geral@otrevo.pt

Pedro Antº Aiveca Piçarra, Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 1º Esq.
7800 - 502 Beja
Telef.: 284324192 · Fax: 284324194
pedropicarralda@gmail.com

Pinas & Irias Lda
Avenida Nacional 54, Ciborro
7050-611 CIBORRO
Telef.: 266840000 · Fax: 266840002
pinas.irias@mail.telepac.pt

Planta Livre - Prod. e Comerc. Plantas
Estrada dos Pexiligais
2725-659 Mem Martins
Telef.: 219258137 · Fax: 219151457
plantalivre@sapo.pt

PombalVerde, Prod. Com. Plantas Lda.
Rua Principal nº10 Bonitos
3105-007 Almagreira PBL
telef.: 236961413 · Fax: 236961134
geral@pombalverde.pt

Proclass, Lda.
Rua das Poças, nº19 R/C – Vilaça
4705-651 Braga
Telef.: 253672295 · Fax: 253672295
vilaca.joao@iol.pt

Projectacon
Quinta de Montezelos, lt 11 Arm. Dto
5000-433 Vila Real
Telef.: 259301200 · Fax: 259301209
projectacon@projectacon.pt

Quinta do Prazo
Viveiros Florestais, Lda.
Pé de Ouro, Campizes
3150 – 253 Ega
Telef.: 239943446 · Fax: 239943447
info@quintadoprazo.net

Rapamato Serv. Florestais, Lda.
Apartado 111, EC de São João Estoril
2766-601 SJ do Estoril
Telef.: 214685202 · Fax: 214685202
rapamato@sapo.pt

Ricardo Castro
Apartado 1077
4401-801 Vila Nova de Gaia
Telef.: 278639297 · Fax: 278639297
pedroserraramos@iol.pt

Sérgio C. Domingues & Ca. Lda.
Tomada - Moreira
4950 - 600 Monção
Telef.: 251666262 · Fax: 251666262
s.c.domingues@sapo.pt

Silvapor, Lda.
Qtª da Devesa, Srª da Graça
6060 -191 Idanha a Nova
Telef.: 277208208 · Fax: 277202780
silvapor@silvapor.pt

Silvatec
Quinta das Laranjeiras Lote 7 – 5º Dto
6000 – 135 Castelo Branco
Telef.: 272324139 · Fax: 272324139
info@silvatec.pt

Silviaçores - Silvicultura, Lda.
Carreira - Fajã de Cima, S/N
9500 - 511 S. Miguel
Telef.: 296638268 · Fax: 296638268
silviazores@sapo.pt

Silviconsultores S.A
Av. Antonio Augusto Aguiar nº148, 5ºA
1050-021 Lisboa
Telef.: 211923793 · Fax: 211454850
info@silviconsultores.pt

Silvicorgo, Transportes e Serviços Lda.
Rua Fundadores do circuito de Vela Real, nº10
5000-415 Vila Rea
Telef.: 259322478 · Fax: 259322484
info@silvicorgo.com

Silviland, Serv. e Obras Florestais
Av. Municipio da Ribeira Grande,
Lt92 loja A, sala1
2350-106 Torres Novas
Telef.: 249819296 · Fax: 249819297
info@silviland.pt

Sociedade Agrícola e Pecuária Melo e Cancela Lda.
Rua das Flores, nº17, Pereiro
3780-412 Avelãs de Cima
Telef.: 231504946 · Fax: 231504946
jose.concela@iol.pt

Socriter, Lda.
Zona Industrial de Ulme
2140 - 385 Chamusca
Telef.: 249771696 · Fax: 249771698
socriter@mail.telepac.pt

Soprofe, Lda.
Rua 18 de Maio lt 882 r/c Esq.
Rossio Sul Tejo
2205-040 Abrantes
Telef.: 241331413 · Fax: 241331414
Soprofe@mail.telepac.pt

Tavares & Quintas, Ldª.
Rua Central de Gende, 681, Sandim
4415-824 Vila Nova de Gaia
Telef.:227650208 · Fax:227639517

T. M. F., Lda.
R. 5 de outubro, 28
2100 - 127 Coruche
Telef.: 243610100 · Fax: 243610109
ecoagro@ecoagro.pt

Teleflora - Exp. Imp. Neg. Flores SA
Campo Grande, 183 - 2º
1700 - 090 Lisboa
Telef.: 217826700 · Fax: 217958392
teleflora@teleflora.pt

TerraGes Gestão Agro-Florestal e Ambiente, Lda.
Rua Lourenço Caiola, 2
7370-109 CAMPO MAIOR
Telef.: 212744067 · Fax: 212760924
info@terrages.pt

Unimadeiras S A
Apartado 3
3854 - 909 Alberg. a Velha
Telef.: 234521864 · Fax: 234523665
geral@unimadeiras.pt

ValdeLima
Parque Empresarial de Paçô, lt 24
4970-249 Arcos de Valdevez
Telef.: 258480280 · Fax: 258480289
cloureiro@valdelima.pt

Vedap - Esp. Verdes, Silvicultura e Vedações SA.
Rua Moinho de Vento S/N - Apartado 21
2250-909 Constância
Telef.: 249739654 · Fax: 249739655
geral@vedap.pt

Verde Sereno Lda.
Rua da Capela nº2 Tellheiro-Barreira
2410-033 Leiria
Telef.: 244009038 · Fax. 244009038
saletecaldas7@hotmail.com

Vilarlenhas Unipessoal Lda.
Rua de Lijó, 555 Frt - Vilar de Andorinhos
4430-447 Vila Nova de Gaia
Tel: 227837817
Fax: 227839630
E-mail: vilarlenhas@sapo.pt

Viveiros das Naus - Centro de Jardinagem Lda.
Jardim Botânico da Ajuda,
Calçada da Ajuda S/N
1300-011 Lisboa
Telef.: 213639149 · Fax: 213639151
geral@viveirosdasnaus.com

Viveiros de Santo Isidro, Lda.
Herdade Pontal - Apartado 5
2985 - 275 Pegões
Telef.: 265898039 · Fax: 265898047
viveirostosisidro@gmail.com

Ficha de Inscrição nº _____
(a prencher pela Anefa)

anefa
Asociação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Nome: _____

Nº Contribuinte: _____ CAE: _____

Morada: _____

Cod. Postal: _____ - _____ E-mail: _____

Telefone: _____ Fax: _____ Telemóvel : _____

Website: _____

_____

Responsável a contactar: _____

Sector de actividade (assinale com X):

____ Empreiteiro ou Alugador de máquinas
____ Empresa de Exploração Florestal
____ Viveirista
____ Empresa de Serviços Técnicos

Quota mensal única no valor de 35€

No caso de se associar à ANEFA através desta ficha de inscrição, ficará isento do pagamento de jóia (no valor de 150€)

_____ , _____ de _____ de 2010

Assinatura: _____

Deverá enviar cópia desta ficha devidamente preenchida, para a morada abaixo indicada.

Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Rua dos Arneiros 72 A – C/V A · 1500 – 060 Lisboa
Tel.: 214 315 270 · Fax: 214 315 271 · Tlm: 912 545 930

wiseForms®

A solução de recolha de dados para o sector florestal

Integração com tecnologias RFID, Barcode e GPS

wiseForms Manager

Software para computador (PC) onde pode construir formulários para a recolha móvel de dados, sem necessidade de programação.

Condições especiais para associados ANEFA

wiseForms Mobile

Software para dispositivos móveis (PDA) onde pode consultar e recolher dados em qualquer situação.

wiseForms Server

Serviço de Internet onde pode partilhar informação entre o escritório e os operadores de recolha no campo.

www.wise-forms.com

Software desenvolvido por:

makewise
engenharia de sistemas de informação

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 4 - R/C Esq., 2500 - 206 Caldas da Rainha
t: +351 262 832 196 | http://www.makewise.pt | geral@makewise.pt

Microsoft GOLD CERTIFIED Partner

A Floresta e a Diversidade Biológica

2010 Ano Internacional da Biodiversidade

Do que a vida é capaz
A força dum talento verdadeiro
O que um dedal de seiva faz
A rasgar o seu negro cativeiro!
Ser!
Parece uma renúncia que ali vai
É um carvalho a nascer
Da bolota que cai!

Miguel Torga

A Floresta e a Diversidade Biológica. Os fogos e os Serviços Ambientais

Portugal é um país de com enorme diversidade edafo-climática, variando desde zonas de clima de maior influência Atlântica e solos profundos (Super-húmido, 2ª Mesotérmicode défice de água no ano nulo ou pequeno, de eficácia térmica no Verão nula ou pequena) no Gerês, até zonas de clima tipicamente Mediterrânico e solos esqueléticos (Semi-árido, 3º Mesotérmico, superavite de água no ano nulo ou pequeno).

Em cada conjunto solo / clima há ainda a influência da intervenção humana, da exposição e da humidade do ar, da proximidade do mar, etc.

Assim, a vegetação climácica, isto é a vegetação que existiria sem intervenção humana, variaria desde Carvalhais Ibero-Atlanticos, andar colinar (fig. 1 e foto 1) e depois andar das montanhas do interior com *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*, passando pelos carvalhais de *Quercus pyrenaica*, depois os carvalhais escrerófilos com *Quercus faginea ssp borteri*, depois carvalhais esclerófilos com sobreiro, carvalhais esclerófilos com azinheira e a presença de sobreiros, e acabando com a vegetação termomediterrânica húmida (fig. 2 e foto 2) com zambujeiro, alfarrobeira, etc. (Óleo-ceratonion) (Noirfalise, A., 1987- Carte de la végétation naturelle des États **membres des Communautés européennes et du conseil de l'Europe**. Consel de l'Europe, CCE).

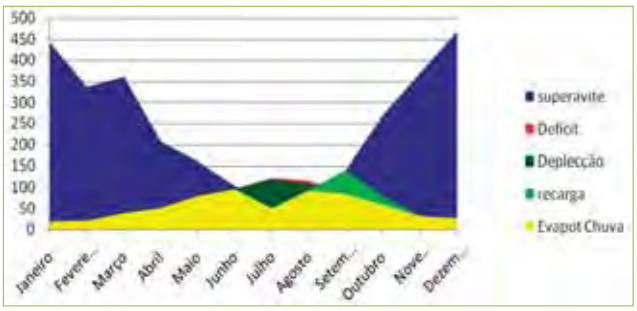


Fig 1. Balanço hidrológico na Serra do Geres (precipitação ≈ 3000 mm, Evapotranspiração ≈ 750 mm, excesso de água – escoamento, recarga de aquíferos - 2 250 mm) correspondente à vegetação da foto 1.

Foto 1. Carvalhal do Gerês

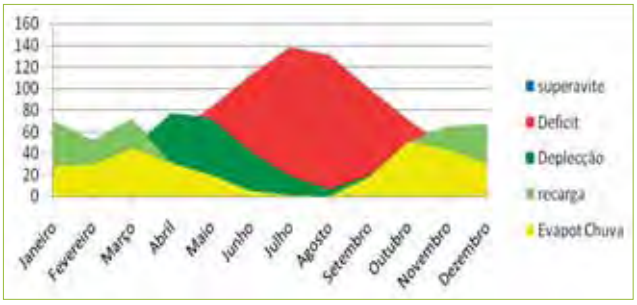


Fig 2. Balanço hidrológico num local de clima mediterrânico (precipitação ≈ 500 mm, Evapotranspiração ≈ 870 mm, excesso de água – escoamento, recarga de aquíferos - 0 mm, défice 420 mm) correspondente à vegetação da foto 2.

Foto 2. Floresta termo-mediterrânica húmida (zimbro, medronho, carvalho lusitano, zambujeiro, aroeira, carrasco arbóreo) na Serra da Arrábida

Esta vegetação constituiria um mosaico, desde as fases pioneiras, das clareiras, passando a prados arrelvados, tojais, carrascais, matagais até aos carvalhais (cercais, sobreirais, azinhais, zimbrais...).

A actividade humana, veio aumentar a diversidade, constituindo com os prados (incluindo os prados de lima), aos pastos, as terras de cultura, as galerias ripícolas o padrão base da diversidade biológica actual, e um sistema que pela descontinuidade de biomassa continha o efeito dos fogos, com os quais convivia.

Com a intervenção humana, com o aumento da densidade da ocupação e a partir dos descobrimentos, e depois com o caminho-de-ferro, os carvalhais foram sendo substituídos pelos pinhais, e depois pelos eucaliptais, em povoamentos monoespecíficos, reduzindo-se, assim o mosaico, desaparecendo os ecossistemas climácicos e reduzindo-se a diversidade biológica, degradando-se o solo e reduzindo-se o teor em matéria orgânica deste.

Com o êxodo rural, o abandono das zonas agrícolas, estas zonas abertas que eram um travão à propagação dos fogos, foram substituídos por matos degradados de estevais (nas zonas mais secas e degradadas), tojais, giestais, e pior, hoje por acaciais, por ailantos em mistura com pinhais regenerados e desordenados, não ordenados nem geridos, o que constitui um autentico barril de pólvora.

Esta é a situação actual, com solos degradados, sem matéria orgânica, delgados porque erodidos, pois após fogo a erosão aumenta por perda de fertilidade (erosão das cinzas que acumulam a fertilidade e são arrastadas pela água) erosão do solo, pois sem coberto e solo hidrófobo, aumenta o escoamento rápido e portanto o solo é erosionado.

A conjugação de pinhais não geridos ou mesmo desordenados, acaciais, eucaliptais, matos degradados muitas vezes paupérrimos, contínuos tem conduzido à impossibilidade de combate aos fogos, o que causa a concentração dos esforços na defesa das habitações, também elas em risco pelo abandono das zonas limítrofes, normalmente pejada de vegetação nitrófila.

A agravar a situação, as alterações climáticas em curso, com o aumento da frequência dos eventos extraordinários, grandes quedas pluviométricas no Outono Inverno, com aumento da erosão, grandes secas e em especial com a redução drástica da pluviosidade da Primavera, e portanto com o aumento da estação seca, e o aumento do número de dias anuais de temperatura máxima superior a 35o C, torna urgente a alteração do coberto vegetal e do Ordenamento do Território.

Quer sejam eucaliptais, quer pinhais, quer mesmo bosques autóctones, por melhor geridos que sejam, não estarão salvaguardados sem que haja descontinuidade de biomassa de forma e evitar situações catastróficas. As descontinuidades implicam outros usos, como pastagens extensivas, pastagens regadas (prados de lima e secadais), zonas agrícolas, associadas a vegetação com maior resistência ao fogo (fig. 3), o que obrigaria a uma política integrada em que a floresta, a agricultura e os serviços ambientais, em especial estes (a produção de água, a conservação do solo, a redução da erosão, o aumento do sumidouro de carbono, a conservação da diversidade biológica, a paisagem, etc.) sejam suportados pela comunidade.

Igualmente se torna urgente a conservação da água das chuvadas cada vez mais intensas no solo e subsolo, o que só será possível com um coberto vegetal denso e/ou sistemas de retenção das água, como valas e cômoros e charcas de infiltração.

Se nada for feito, a nossa floresta e o espaço rural, bem como os serviços ambientais prestados pelo espaço rural, dos quais depende a nossa qualidade de vida e talvez a nossa sobrevivência estão condenados.

Fig 3. Esquema do ordenamento de uma floresta ordenada, com faixas de contenção (zonas agrícolas nos cabeços – pastagens extensivas; zonas de prados regados ou de culturas bodejando as galerias ripícolas ao longo das principais linhas de água) rodeadas de florestas em corredor de vegetação autóctone. Reparem-se nas galerias ripícolas em linhas de água secundárias para onde serão conduzidos os escoamentos por sistemas de vala e cômoro e onde existirão charcas de infiltração e de retardamento (Fig4)

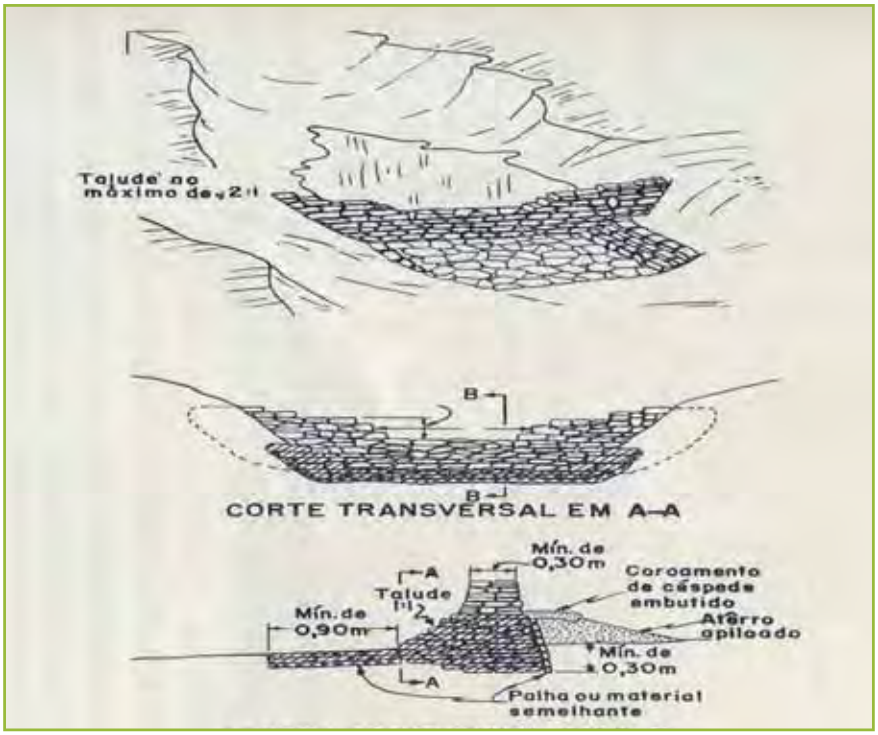


Fig 4. Charcas de contenção e infiltração nas linhas de drenagem de água secundárias

Eugénio Menezes de Sequeira
Eng.º Agrónomo, Investigador, Conselheiro

Município de Tavira desenvolve projecto inovador na área da preservação de florestas

A candidatura apresentada pelo Município de Tavira ao programa LIFE+ Informação e Comunicação, instrumento financeiro europeu para o ambiente, foi aprovada. Neste âmbito, a autarquia desenvolveu o EEFOREST, um projecto que tem como principais objectivos a preservação das florestas, através da redução do número de incêndios florestais; o aumento da eficácia das campanhas de sensibilização florestal e a avaliação da eficiência das mesmas.

De uma forma mais geral, o EEFOREST pretende aumentar a eficiência das campanhas de sensibilização aplicadas a diferentes grupos-alvo, aumentando simultaneamente o conhecimento das principais funções do ecossistema florestal. O projecto será implementado na área geográfica do concelho de Tavira ao longo de 54 meses com início em 2010 terminando em 2014.

O projecto desenvolve-se nas seguintes fases:

a) Realização de um diagnóstico do concelho de Tavira, caracterizando diferentes grupos-alvo (população urbana, população escolar e população rural) e a definição de diferentes abordagens metodológicas de modo a potenciar o efeito das campanhas de sensibilização, incluindo a realização de casos de estudo, inquéritos e testes;

b) Implementação de uma ampla campanha de sensibilização com os conteúdos que se evidenciaram como mais eficientes;

c) Avaliação e teste de diferentes produtos comunicacionais em função das especificidades e características dos grupos alvo aumentando a receptividade das campanhas de sensibilização;

d) Divulgação do projecto EEFOREST e seus os resultados através da realização de um seminário internacional com a apresentação de um guia prático de apoio a entidades que realizem campanhas de sensibilização ambiental/florestal. Este seminário pretende também apresentar e debater outras metodologias de sensibilização adoptadas na EU.

De forma a garantir o acompanhamento do processo, foi criada uma comissão constituída por diferentes entidades locais e regionais, que se encontram directa e indirectamente relacionadas com esta temática, fortalecendo sinergias.

O sucesso do projecto representa a concretização de um objectivo para o Município de Tavira como entidade local responsável pela qualidade de vida dos seus cidadãos, uma vez que, além de permitir a redução do número de incêndios, servirá de suporte à definição teórica de abordagens metodológicas para a realização de campanhas de sensibilização, potenciando a sua eficácia em diferentes grupos alvos e permitindo a optimização de recursos financeiros.

A disseminação dos resultados deste projecto poderá contribuir para a implementação e formulação de novas estratégias de sensibilização a diferentes níveis territoriais, uma vez que os seus resultados podem ser replicados em áreas geográficas com as mesmas especificidades.

A alteração de comportamentos é complexa, ainda assim, a realização de campanhas de sensibilização inovadoras com impacto junto dos grupos alvo pode reduzir comportamentos de risco.

Para mais informações, visite o site do projecto EEFOREST através do endereço www.eeforest.org.

O Trevo Lda.

500 Clientes e mais de 20 anos de experiencia fazem de O Trevo uma sólida referência no sector agro-florestal

Fundada em 1986, a empresa O Trevo tinha como objectivo o desenvolvimento do sector agro-florestal nas suas vertentes económica, ambiental e social, na região do Alentejo.

Com uma forte componente de trabalho no âmbito da elaboração de candidaturas em projectos de reestruturação de explorações agrícolas e instalação de jovens agricultores, rapidamente sentiu necessidade de ampliar a sua área de actividade, reforçando a componente de serviços à floresta.

No final da década de 90, O Trevo contava já com cerca de 20.000 hectares de projectos de reflorestação de terras agrícolas e rearborização de áreas ardidas, facto que levou à criação da empresa Oriana, uma spin-off dedicada à produção e comercialização de plantas florestais e ornamentais.

De entre os serviços prestados, destacam-se a elaboração e acompanhamento de projectos florestais, Planos de Gestão Florestal e Biodiversidade, avaliação de propriedades, cartografia digital, fotointerpretação, inventário, constituição e gestão de ZIF, arborizações, limpezas de mato, desramações, recuperação de montados de sobro e azinho e beneficiação de infra-estruturas.

Actualmente junta às áreas de competências, a bioenergia, a valorização de bens públicos e o mercado de carbono, com desenvolvimento de projectos de aproveitamento de biomassa florestal e produção de culturas energéticas, assim como projectos de redução e compensação de emissões de CO_2.

Ciente da importância do Mundo Rural, a empresa considera que a complementaridade entre a agricultura e a floresta, está agora e cada vez mais ligada à questão ambiental, defendendo a aproximação entre o mundo académico e o empresarial, numa visão integrada de saber e saber fazer.

Apontando o Programa de Desenvolvimento Rural – ProDeR e a legislação como os principais entraves ao desenvolvimento de sector agro-florestal, O Trevo acredita no entanto que a aprovação do Código Florestal pode ser o ponto de viragem que a floresta nacional precisa.

Associados da ANEFA desde Janeiro de 1998, a empresa sediada em Beja lançou-se recentemente em mais um desafio que considera fundamental, estando já em fase final de processo de certificação de qualidade pelo ISO 9001.

Conteúdos cedidos pela Gerência

Contactos:
O Trevo Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 1º Dtº
7800 - 502 Beja
Telefone:
284325962
Fax:
284318365
E-mail:
geral@otrevo.pt
Site:
www.otrevo.pt

PAC pós 2013 – Que futuro?

Criada em 1962, a Política Agrícola Comum tem sofrido inúmeras revisões de conceitos e acima de tudo de prioridades.
Inicialmente estruturada para apoio à produção em massa e incentivo à compra de excedentes, acabou por gerar diversos problemas, nomeadamente ao enfraquecimento dos rendimentos dos agricultores. Hoje dita-se pela prolificação de um mercado único, preferindo o consumo de produtos agrícolas produzidos na União Europeia, mas onde a importação e exportação é livre. Com grandes desafios ao nível das alterações climáticas, biodiversidade e preservação de recursos (água, solo) e paisagem, este instrumento de política é necessário para o desenvolvimento e viabilidade das zonas rurais, mas para além de Politica Agrícola Comum, espera-se que PAC represente igualmente Produtividade, Agro-ambientais e Competitividade. Será?

A Política Agrícola Comum é do interesse de todos e não apenas dos agricultores. Quem fala de agricultura europeia fala de segurança dos alimentos, mas também de protecção da paisagem, de emprego, de ambiente e de alterações climáticas.

Dacian Ciolos,
Comissário
da Agricultura
e do
Desenvolvimento Rural

Mundo Rural e a Europa

50% do território europeu é coberto por terrenos agrícolas (78% são florestas)
4% do PIB provem da agricultura e industria alimentar
19 Milhões de postos de trabalho
56% da população da EU vive em zonas rurais

A nova PAC aos olhos dos Eurodeputados

1. Como vê as negociações do futuro da PAC, e em que medidas considera que estas alterações levarão a um instrumento mais eficaz?

2. Quais as maiores diferenças entre a PAC de hoje e a pós 2013?

3. Em que medida a estrutura orçamental poderá condicionar os grandes objectivos da PAC?

4. Quais considera serem as especificidades e a posição que Portugal deve tomar no decorrer das negociações?

5. O que considera essencial para que a PAC seja efectivamente uma politica comum e não uma politica para alguns?

Luís Capoulas Santos
Eurodeputado e
Coordenador do Grupo
Socialista Europeu para
os Assuntos Agrícolas

1. Antevejo-as, obviamente, muito difíceis, por três razoes essenciais:
a) Porque, no actual momento de crise, existe uma grande pressão, de duplo sentido, sobre o orçamento agrícola. Por um lado, os países contribuintes líquidos não estão dispostos sequer a manter as suas actuais contribuições e, por outro, outras politicas comunitárias cobiçam os dinheiros da agricultura e aspiram financiar-se a sua custa, com o argumento de que a agrofatia actual do orçamento comunitária e desproporcionada face a importância económica do sector;
b) Porque, para menos dinheiro, haverá mais beneficiários devido aos recentes alargamentos;
c) E, ainda, porque as novas circunstâncias irão implicar uma razoável redistribuição do volume financeiro dos apoios entre agricultores e entre Estados membros, o que, inevitavelmente, provocara reacções não negligenciáveis entre os estratos de agricultores e os países que virem os seus actuais montantes reduzidos.
Não e fácil antever o desfecho final desta negociação pelo que e impossível, neste momento, saber se o que dela resultar será um modelo de PAC mais eficaz. Desejo sinceramente que sim e, enquanto deputado, bater-me-ei com convicção por isso.

2. Não e possível comparar a PAC de hoje com o modelo que, na melhor das hipóteses, só vai ser aprovado durante o ano de 2012. O processo negocial praticamente não começou. Só em Novembro a Comissão apresentara o seu primeiro documento de orientação. Pela primeira vez, devido a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu (PE) terá poderes de decisão iguais aos do Conselho de Ministros da Agricultura pelo que os consensos vão ser seguramente mais morosos e difíceis. Acredito porem no pragmatismo e bom senso dos decisores políticos, uma vez que, sem uma política comum e sem apoios, grande parte da agricultura europeia não será competitiva no mercado global.
Não me parece porém difícil concluir desde já que a futura PAC terá menos recursos financeiros do que actual, que os apoios serão totalmente desligados da produção, que a orientação para o mercado será maior e que os critérios actualmente em vigor para atribuição das ajudas directas aos agricultores serão substancialmente alterados, com o abandono irreversível do critério histórico e o reforço da componente ambiental enquanto base dos novos critérios.

3. O volume de meios financeiros de que a nova PAC vier a dispor para o período 2014/2020 será fundamental. A agricultura europeia precisa de muito apoio financeiro se quiser continuar a ocupar o papel que hoje ocupa no mercado global, se quiser continuar a garantir um auto-aprovisionamento adequado aos cidadãos europeus e se quiser continuar a contribuir para que os espaços rurais não sofram um processo de desertificação e abandono ainda maiores.
Neste momento estão em confronto dois campos: os que consideram que a PAC deve continuar a ser uma politica verdadeiramente comunitária e continuar dotada dos meios financeiros adequados, nunca inferiores aos actuais, e, do outro lado, os que consideram que o orçamento deve ser reduzido, ser co-financiado pelos Estados membros e a estes ser concedida uma maior margem de manobra para atribuir apoios nacionais aos seus agricultores - a renacionalização da PAC. E evidente que de um lado estão os que contribuem mais para a PAC do que dela recebem, e são muito poucos ainda que muito influentes, e, do outro, os que estão na posição oposta.
A nova PAC esta pois totalmente dependente do que vier a ser o acordo político global sobre as futuras perspectivas financeiras da União, que vai decorrer praticamente em paralelo com a negociação da PAC. Quer isto dizer que irão ser variados e interdependentes os diferentes tabuleiros de negociação que irão decorrer nos próximos dois anos, pelo menos.

4. A posição de Portugal não será, como nunca foi, fácil. O nosso ministro da agricultura no Conselho e os nossos eurodeputados no PE defenderão os interesses de um Estado membro que representa pouco mais de 1% da agricultura europeia. O ministro será um em 27 e os deputados apenas 22, em mais de 700, repartidos por diferentes grupos políticos e frequentemente com posições opostas sobre questões essenciais. O sucesso dependera pois do jogo negocial e da capacidade de estabelecer alianças e de fazer concessões para obter as contrapartidas que mais nos interessam a Portugal.
Na minha opinião, que e totalmente coincidente com a do governo nesta matéria, Portugal deve bater-se pela manutenção do cariz comunitário da PAC, por recusar co-financiamentos e racionalizações e procurar que sejam estabelecidos critérios mais justos e equitativos para promoverem um maior reequilíbrio dos apoios entre agricultores, regiões e Estados membros.

5. A actual PAC e muito criticada por ser considerada injusta e pouco equitativa. Estas criticas tem razão de ser mas devem ser vistas a luz do processo histórico de evolução da PAC e não na perspectiva demagógica e populista com que e frequentemente e tratada nos "media" e por alguns políticos. A PAC surgiu há mais de 50 anos para dar resposta aos problemas de escassez de alimentos e de matérias-primas com que a Europa se debatia no pós-guerra. Do ponto de vista dos seus objectivos, pode dizer-se que foi bem sucedida. Os agricultores souberam responder aos estímulos, algumas vezes bem generosos, e a Europa, isto e, o restrito número de países fundadores da UE, em poucos anos, passou da penúria aos excedentes.
Contudo, a PAC não foi sendo sucessivamente adaptada a medida que a Europa se foi alargando e o núcleo central dos apoios manteve-se sempre associado ao tipo de agricultura e de produções dos países para os quais havia sido concebida. Tal orientação, associada ao facto de subsidiar directamente as quantidades produzidas veio a determinar grandes distorções na atribuição dos apoios já que, logicamente, quanto maior for uma empresa agrícola, mais quantidades produz, logo, mais recebe. Dai a célebre e repetida frase de que 80% dos apoios vão para 20% dos produtores e de que a rainha Isabel II, por ter grandes propriedades, ser um dos "agricultores" que mais subsídios recebem.
As preocupações de hoje são outras e por isso os critérios para atribuição das ajudas terão de ser necessariamente diferentes. Hoje, a produção de alimentos e a segurança alimentar, no seu duplo sentido, continuam a ser centrais mas, para alem das quantidades, existem preocupações com a qualidade, a sustentabilidade, o bem estar animal e a panóplia dos novos desafios tais como as alterações climáticas, a captura de carbono, as energias alternativas, a coesão e a justiça social e territorial, etc.,etc.
A nova PAC terá assim de ser capaz, com menos dinheiro a distribuir por mais beneficiários, de, ao mesmo tempo, responder a novos e aos velhos desafios e de ser mais bem aceite pelos consumidores e pelos contribuintes.
Como e fácil constatar, os debates que irão ter lugar nas instituições europeias nos próximos 2 anos irão ser cruciais para o futuro da agricultura europeia e, por razoes acrescidas, dos agricultores e da agricultura portugueses.

João Ferreira
Eurodeputado do Partido Comunista Português

1. A discussão sobre o futuro da PAC deve ser feita tendo em conta as consequências das anteriores reformas.
As opções feitas nessas reformas foram claras: a liberalização dos mercados agrícolas; o desmantelar dos instrumentos de regulação da produção (como as quotas e os direitos de produção) e dos mecanismos de regulação dos mercados; a desvinculação das ajudas à produção.
As consequências são também evidentes: profundas injustiças na distribuição das ajudas entre países, produções e produtores; o imparável abandono da produção por parte de milhões de pequenos e médios agricultores; insuficiência de rendimentos e volatilidade de preços crescente; o agravamento da dependência alimentar de inúmeros países e regiões.
A eficácia de uma dada política deve ser avaliada em função dos objectivos que serve. Podemos dizer que a PAC actual foi sem dúvida "eficaz" no favorecimento de um número restrito de grandes explorações de cariz agro-industrial e de pendor exportador. Mas já não foi eficaz, longe disso, a defender o direito dos diferentes países e regiões a produzirem, a sua segurança e soberania alimentares, nem a acautelar os interesses da esmagadora maioria dos produtores, em especial dos pequenos e médios agricultores, nem os interesses dos consumidores.
Para se alcançarem outros objectivos exige-se uma profunda modificação da actual PAC.

2. O futuro da PAC pós 2013 está ainda em discussão. Na sessão plenária de Julho, o Parlamento Europeu aprovou uma primeira resolução sobre o assunto, avançando com algumas linhas gerais para a reforma – ainda muito genéricas e, nalguns casos, ambíguas. Não obstante alguns aspectos positivos que constam dessa resolução – como a defesa de uma mais justa redistribuição das ajudas, entre países e produtores e a rejeição da diminuição do orçamento global da PAC – toda a resolução mantém a visão que presidiu a anteriores reformas da PAC: a da liberalização dos mercados agrícolas e sujeição da PAC aos interesses que a União Europeia negoceia no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Esta visão e a possibilidade que comporta de que, no essencial, tudo possa ficar na mesma ou pior, suscitam-nos vivas preocupações. A própria Comissão Europeia, não tendo avançado ainda com linhas claras sobre o futuro da reforma, pelos sinais que dá relativamente, por exemplo, à situação no sector do leite, parece apontar neste mesmo sentido.
Mas o debate está em curso e uma coisa são as intenções de partida e outra será o resultado final. Este dependerá também (e muito) da luta que os agricultores e o mundo rural terão que desenvolver para alcançar a profunda modificação que se impõe.

3. Existem pressões, por parte de alguns países, no sentido de uma redução do orçamento global da PAC e da renacionalização desta política. Pressões idênticas sentem-se também relativamente a outras políticas, como a política de coesão ou de desenvolvimento regional. No fundo, é o princípio da tão propalada coesão económica e social que é posto em causa.
A concretização destas intenções geraria um agravamento das desigualdades e das dificuldades hoje sentidas por vários Estados-Membros, incluindo Portugal, podendo mesmo gerar situações verdadeiramente liquidatárias do que resta do nosso tecido produtivo.
É importante lembrar que o orçamento comunitário representa apenas cerca de 1% do Rendimento Nacional Bruto dos 27 Estados-Membros da UE. Temos vindo a defender um reforço substancial deste valor e o cumprimento pleno da sua função redistributiva, efectivando o princípio da coesão – fazendo dele mais do que mera frase de circunstância em época de campanhas eleitorais.

4. O governo português deverá assumir nas negociações uma posição firme de defesa do interesse nacional, que olhe às carências, estrangulamentos e problemas com que se defronta a agricultura portuguesa, desenvolvendo uma linha política autónoma, não deixando de buscar aliados entre países com dificuldades e interesses semelhantes. A soberania alimentar deverá ser um objectivo, não perdendo de vista que a produção agrícola constitui uma variável estratégica para a independência nacional.
Por outro lado, é necessário ter em conta as características específicas da agricultura e da floresta portuguesas em que predominam as pequenas e médias explorações, que têm que ter acesso aos apoios comunitários pois contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento da produção nacional.

5. Muito sumariamente, temos defendido que a futura PAC se deve articular em torno de alguns eixos essenciais, de que destacamos:
- A garantia da segurança e da soberania alimentares, dando prioridade à necessidade dos países e regiões desenvolverem a sua produção para satisfazerem as suas necessidades, favorecendo-se a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural;
- A promoção da diversificação da produção, evitando o seu afunilamento, reconhecendo as especificidades dos diferentes sectores e regiões;
- A modulação e o plafonamento das ajudas, de forma a ultrapassar os actuais desequilíbrios entre países, produtores e produções, ligando essas ajudas à produção;
- O estabelecimento de mecanismos de intervenção que garantam preços justos à produção, e proporcionem aos agricultores rendimentos que garantam a continuidade da produção e a regularidade do abastecimento alimentar;
- A garantia do rejuvenescimento do tecido agrícola e a realização de novos investimentos, incluindo na modernização das explorações agro-pecuárias, de forma a garantir o futuro do mundo rural, dando especial atenção à produção e aos mercados locais e regionais e à agricultura familiar.

Maria Patrão Neves
Eurodeputada do Partido Social Democrata

1. A pergunta não é fácil de responder porque, por um lado, e oficialmente, diria que as negociações sobre o futuro da PAC ainda não se iniciaram; por outro, e na prática, elas começaram quase após a última revisão da PAC, no "Exame de Saúde", em 2008.
Digo que ainda não se iniciaram porque, formalmente, elas só terão lugar após a Comissão Europeia avançar com uma proposta legislativa a qual será então alvo da apreciação das várias instituições europeias, nomeadamente do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu. É sempre à Comissão que cabe a iniciativa. Neste caso, o Comissário da Agricultura já lançou um processo de consulta pública a nível europeu e dirigido a todos os cidadãos, e não apenas aos agricultores, que decorreu de Abril a Junho de 2010 e cuja síntese foi apresentada publicamente em Julho. Este foi um primeiro passo, importante do ponto de vista institucional, na prática de uma democracia activa, e também do ponto de vista dos conteúdos expressos, como testemunho de um esforço dialogante com as várias orientações dominantes, e ainda como tentativa de angariar argumentos e apoiantes no que se refere ao reconhecimento da importância da PAC para o cidadão comum.
Por ocasião da abertura da consulta pública, enviei uma circular às principais associações de agricultores portugueses informando acerca desta consulta pública e estimulando à participação para que a voz dos agricultores portugueses se fizesse ouvir. Abri também uma entrada no meu site (www.patraoneves.eu) para recolha da posição dos agricultores portugueses sobre a PAC pós-2013.
Ao mesmo tempo, mas sob uma diferente perspectiva, afirmo que as negociações sobre o futuro da PAC já têm vindo a decorrer primeira e mais remotamente através de algumas tomadas de posição internacionais e precoces visando condicionar e orientar o debate; depois formalmente através do Relatório Lyon, sobre a PAC pós-2013, votado em reunião plenária do Parlamento Europeu no passado dia 8 de Julho. Este apresenta o amplo consenso alcançado entre deputados de 27 Estados Membros e de diferentes famílias políticas.
É certo que os consensos são mais facilmente alcançáveis ao nível das grandes linhas de orientação, em que em boa parte se desenrola o Relatório Lyon, e que as dificuldades se irão agravando à medida que a discussão avance dos princípios gerais de actuação para a regulamentação das medidas estruturantes do seu funcionamento pós-2013, em que os interesses nacionais e/ou regionais emergirão com o máximo vigor, vingando os que conseguirem constituir um lobby mais forte.
Em todo o caso, o Relatório do Parlamento Europeu sobre a PAC pós-2013 traça já o domínio em que o debate prosseguirá com posições relevantes acerca da não diminuição do orçamento da PAC, da manutenção dos dois Pilares, das ajudas ao rendimento a 100%, da mudança de critério de avaliação para a sua distribuição, entre outras.

2. Até ao presente, apenas conhecemos a PAC em vigor e não a próxima, a pós-2013. O processo negocial será longo e muito complexo pelo que é hoje impossível afirmar como será a PAC pós-2013. Em todo o caso podemos acrescentar, com uma certeza razoável, que se devem acentuar as tendências que se vêm já fortemente desenhando, nomeadamente uma ainda maior orientação para o mercado e um domínio de produção cada vez mais competitivo (e menos subsidiado). Ao mesmo tempo, dar-se-á o reforço das medidas agro-ambientais, numa exigência crescente de uma agricultura que contribui para a resolução dos problemas ambientais e para o reforço da biodiversidade.
Sem conhecermos ainda a proposta da Comissão Europeia para a PAC pós-2013, a ser divulgada em Novembro próximo, é altamente previsível que o redesenho da PAC obedeça aos critérios que agora apontei.

3. O orçamento para a PAC tem vindo sucessivamente a diminuir, sendo também regra geral discutido prévia ou concomitantemente a cada reforma, condicionando-a assim fortemente quer nos seus objectivos, quer nos meios para a sua prossecução. Este facto, só por si, compromete cronicamente a plenitude dos propósitos da PAC. No presente, acrescem os factos de: se viver uma crise financeira e económica generalizada; do orçamento comunitário não vir a ser certamente aumentado; da UE ter apresentado novas linhas de desenvolvimento na Estratégia 2020 que carecem de devido financiamento; do alargamento da UE implicar também novas pressões financeiras.
O cenário de debate e planificação da nova PAC é, pois, difícil.

4. Portugal deverá dispor, o mais rapidamente possível de uma rigorosa, completa e actualizada caracterização da realidade agrícola nacional para que, conforme as negociações forem decorrendo, possa identificar objectiva e inequivocamente as vias de prossecução que interessam ao país, associando-se entretanto aos Estados-membros e/ou grupos de países com força negocial que partilhem os nossos interesses.

5. A PAC é a mais emblemática política comum da UE e pugno para que assim continue a ser, resistindo às cíclicas pressões de alguns países e sectores da sociedade para a sua re-nacionalização. Esta tem sido algo subtilmente tentada, por exemplo, através da proposta do fim dos pagamentos directos e da obrigatoriedade dos Estados-membros co-participarem os apoios actualmente concedidos à agricultura no âmbito do 1 Pilar, actualmente com um financiamento a 100% (uma primeira posição dos Serviços da Comissão Europeia, "Uma Nova Agenda para uma Europa Global: Reformar o Orçamento, Alterar a Europa" e a Declaração dos Académicos e Investigadores, ambas em 2009). Esta re-nacionalização, como é óbvio, seria altamente prejudicial para países com fracos recursos disponíveis, como é o caso de Portugal.
Se a pergunta é acerca da equidade entre os 27 Estados-membros no âmbito da PAC, então importa sublinhar que, de facto, há países bem mais beneficiados do que outros pela actual PAC, decorrente de razões históricas e também do seu respectivo poder negocial. É pois a estes dois níveis que temos de actuar se queremos alterar a situação num horizonte pós-2013. No que se refere ao primeiro aspecto, ao "histórico", posso dizer que o Relatório Lyon, do Parlamento Europeu já preconiza o abandono do histórico para a distribuição de ajudas e adopção de um modelo "flat rate", isto é, a aplicação do critério do hectare.
No que se refere ao segundo aspecto, ao poder negocial de Portugal, importa que o país tenha uma visão ampla e longínqua de uma política de desenvolvimento da agricultura e que saiba identificar os Estados-membros a que se deve associar para uma actuação conjunta, à margem da qual não terá força negocial.

Nuno Melo
Eurodeputado do Partido Popular

1. É preciso perceber que a PAC não é capricho. É um objectivo assumido em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma, para se aumentar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, estabilizar os mercados, garantir a segurança dos abastecimentos e permitir preços razoáveis aos consumidores na União Europeia.
Convém até recordar que em 2010 a PAC representa 46 % do orçamento europeu, mas em 1985 representava 75 % desse orçamento.
Apesar de tudo, as negociações do futuro da PAC, são uma oportunidade, para corrigir uma política que não obstante os bons propósitos na origem, tem discriminado os países, Portugal em particular, como demonstro sumariamente na próxima resposta.
A reforma da PAC impõe-se por razões de equidade e igualdade de tratamento. Actualmente as diferenças são chocantes.
Ainda assim há quem defenda diferentes modelos. Pessoalmente não me faz sentido, como os socialistas portugueses sustentaram no Parlamento Europeu, a eliminação de verbas destinadas a medidas estruturais. Considero mesmo que a existência de dois pilares, com critérios equivalentes nas atribuições das ajudas, maior simplificação dos critérios de distribuição, e pagamentos em devido tempo pelos Estados, continuam a ser uma boa abordagem.

2. A PAC pós 2013, tem de conseguir pôr termo ao tratamento desigual, que a actual PAC representa, com enorme prejuízo para Portugal.
Para que se perceba, Portugal é actualmente um dos países que menos recebe das verbas da PAC, em todos os critérios.
Considerando os 27 países da União Europeia, Portugal está:
- Em 23º lugar em valor recebido por hectare (Portugal recebe 174 € por hectare e a Grécia 544 € por hectare);
- Em 21º lugar em valor recebido por uta (unidade de terra arável);
- Em 19º lugar em valor recebido por agricultor;
- Em 18º lugar em valor absoluto.
É exactamente isto que tem de ser alterado.
A PAC significa 12 Milhões de agricultores europeus, 30 milhões de trabalhadores agrícolas, e 500 Milhões de consumidores.
Muitos deles são portugueses.
A agricultura em Portugal tem valor estratégico, económico, social e ambiental.
A nova PAC terá de ser equitativa. Para todos os países da União.

3. A sustentabilidade da actual estrutura orçamental da UE, tem sido um dos principais assuntos em debate no Parlamento Europeu, considerando que a actual conjuntura de crise motiva os diferentes países a reduzirem substancialmente as suas contribuições, com a obrigatoriedade de se ponderarem alternativas futuras, como avançou recentemente o Presidente da Comissão Europeia.
Os objectivos da PAC, dependem primordialmente das garantias de financiamento, que a estrutura orçamental da UE tem de assegurar.
Apesar de tudo, porque a PAC está na génese do próprio projecto europeu, alternativas terão de ser encontradas, caso o futuro implique restrições inevitáveis.
Afinal, em causa está a necessidade garantir reservas alimentares, o que equivale a dizer a soberania alimentar da UE, combater eficazmente as alterações climáticas, promover e recuperar a biodiversidade, gerir adequadamente os solos e a água, evitar a desertificação e a desflorestação de espaços verdes, o êxodo Rural, e manter os alimentos a preços baixos para os consumidores Europeus.
Isto, sem esquecer o facto de a agricultura se tratar de um sector fundamental da economia da própria UE, com uma importante contribuição para o PIB, que assegura o equilíbrio social, no sustento de agricultores, produtores, empresas e postos de trabalho directos e indirectos.

4. Portugal tem de defender a agricultura, como um sector estratégico fundamental, que garante receita para o Estado, sustenta famílias e assegura postos de trabalho, em toda a sua diversidade (de latifúndio, minifúndio, floresta, produção animal, de leite e derivados e tanto mais).
Apesar de tudo, Portugal está actualmente numa posição de fraqueza, motivada por más políticas dos governos socialistas, que com paradigma em Jaime Silva, têm desperdiçado fundos comunitários, produzido más leis, se têm atrasado em todos os pagamentos e incumprido os protocolos celebrados.
A média Europeia de não utilização de fundos comunitários está nos 3%. Já a de Portugal está nos 12%.
Um país com tão poucos recursos como Portugal, mais ainda na actual conjuntura de crise, não pode simplesmente dar-se ao luxo de devolver dinheiro que pertence aos agricultores, por mera incompetência dos seus governos.
O paradoxo na posição que Portugal deve tomar no decorrer das negociações, está no facto de que, se por um lado tem de exigir mais verbas da PAC, por razão de legítima equidade, por outro tem desperdiçado muitos milhões de euros das poucas verbas que vai tendo disponíveis.
E por isso, nas instituições europeias haverá sempre quem argumente que se Portugal não é capaz sequer de aproveitar as verbas que actualmente tem à sua disposição, não tem nenhuma razão para pedir mais dinheiro de Bruxelas.

5. Equidade.
Para a PAC ser uma política verdadeiramente comum, tem de ser equitativa.
Significa que não pode beneficiar alguns países, em detrimento de outros, como actualmente sucede, com Portugal sendo um dos mais prejudicados, na base da demonstração que fiz na segunda resposta supra.

Partidos não evocados deve-se à ausência de resposta em tempo útil por parte dos mesmos.

VI International Conference on Forest Fire Research

FOREST FIRE RESEARCH

www.adai.pt/icffr

15-18 Novembro 2010

Pólo II da Universidade de Coimbra

Coimbra - Portugal

A **Conferência Internacional sobre Investigação em Incêndios Florestais** realiza-se desde 1990 em Coimbra, com uma periodicidade de quatro anos. Esta Conferência é considerada como um evento de referência na investigação em Incêndios Florestais e foi a primeira a realizar-se na Europa com uma dimensão Mundial, juntando cientistas de todas as partes do globo e das mais diversas áreas científicas.

Os principais temas a abordar na Conferência serão: Gestão de combustíveis, Aproveitamento da biomassa florestal, Uso do fogo controlado, Risco de Incêndio, Factores meteorológicos, Sistemas de detecção e de apoio à decisão, Interface urbano-florestal, Comportamento do fogo, Modelação do comportamento do fogo, Sistemas de combate aos incêndios, Segurança pessoal no combate, Efeitos do fogo e Impacte social e económico dos incêndios.

A Conferência decorrerá durante três dias e terá três sessões paralelas nas quais serão feitas diversas apresentações orais. Para além destas, existem também sessões contínuas para apresentação de posters.

No início e no final de cada dia, é proferida uma Palestra por oradores convidados de renome internacional, sobre um tema científico actual, de entre os temas promovidos pela Conferência.

EVENTOS Associados

Juntamente com a Conferência irão realizar-se dois **Cursos Especializados**, com a duração de um dia e meio cada, imediatamente antes da Conferência:

Short Course on Fire Safety - 12 a 13 de Novembro,

A organização estará a cargo do Dr. Bret Butler, cientista de renome internacional na área de modelação do comportamento do fogo e segurança pessoal.

O Curso contará com as seguintes intervenções e Oradores:

- *A Interface Urbano-Florestal e os Incêndios de Victoria, em Fevereiro de 2009* - Gary Morgan, Director executivo do Bushfire Cooperative Research Center (Entidade Coordenadora da investigação em Incêndios florestais na Austrália e Nova Zelândia).
- *Os Incêndios na Interface Urbano-Florestal na Europa* - David Caballero, Especialista nesta temática, Espanha.
- Avanços recentes na gestão do fogo táctico. Por Rob McAlpine, Ministério dos Recursos Naturais, Canadá.
- *Gestão de Incidentes em Portugal* - P. Gil Martins, Autoridade Nacional de Protecção Civil.
- *Equipamento de protecção para o combate. Estado actual e futuro* - Anthony Petrilli, especialista em equipamento dos Serviços Florestais Norte-Americanos.
- *Aplicações da investigação científica para a protecção no Combate* - Bret Butler, Laboratório de Ciência do Fogo, Missoula.

Short Course on Fire Behaviour - 13 a 14 de Novembro

A coordenação estará a cargo do Dr. Albert Simeoni, cientista com um vasto trabalho de investigação na área de modelação do comportamento do fogo, simulação e modelação da combustão.

Este Curso contará com as seguintes intervenções e Oradores:

- *Introdução ao Comportamento e Dinâmica do Fogo* - Albert Simeoni, Universidade de Corte, França.
- *Transferência de Calor e Combustão nos Incêndios Florestais* - S. Mahalingam, Universidade da Califórnia, Riverside, EUA.
- *Fogos de Copas* - Martin Alexander, Universidade de Aberta e Serviços Florestais Canadianos e Miguel Cruz, Investigador da CSIRO (Australian Commonwealth Scientific and Research Organization).
- *Comportamento do Fogo a Grande Escala* - Rodman Linn, Investigador do Los Alamos National Laboratory (LANL) nos Estados Unidos.
- *Fogos Eruptivos e Segurança* - D. Xavier Viegas, ADAI, Universidade de Coimbra.
- *Os Incêndios na Interface Urbano-Florestal* – Jack Cohen, Laboratório de Ciência do Fogo, em Missoula, Riverside e Macon.

Mesa redonda: Qual o interesse de um melhor conhecimento e formação sobre o comportamento do fogo para a segurança pessoal?

Datas importantes:
Inscrição: 30 de Setembro de 2010
Reserva de Hotéis: 15 de Setembro de 2010

Presidente da Comissão Organizadora
Prof. Domingos Xavier Viegas
email: xavier.viegas@dem.uc.pt

Secretariado
ADAI
Rua Pedro Hispano, 12
3031-601 Coimbra
PORTUGAL
Tel.: +351 239 790732
Fax.: +351 239 790771
email: icffr@dem.uc.pt

Apoios: FCT, UC, REN, aneta, International Association of Wildland Fire

Março 2010

Pombalverde - Produção e Comércio de Plantas Lda

Com o inicio de actividade em Agosto de 2002, a Pombalverde, Lda. tinha já como base as instalações e mais de dez anos de experiência dos sócios fundadores que detinham os "Viveiros dos Bonitos". Na procura de satisfazer todos os clientes nas mais variadas espécies hortícolas e florestais, quer em qualidade quer em quantidade e assistência técnica pós venda, a Pombalverde conta com 13 trabalhadores fixos incluindo funções especializadas como Técnico de manutenção do viveiro e responsáveis pela sementeira, lavagem e desinfecção dos tabuleiros. Dos serviços que prestam destaca-se a produção de plantas hortícolas e florestais, e a análises de terras e água, sendo ainda a empresa responsável por uma diversa gama de comercialização de produtos entre os quais se destacam os adubos sólidos, solúveis e foliares, bem como matéria orgânica granulada de origem animal e vegetal, casca de pinheiro, substratos turfas e vermiculites, fitofármacos de origem química e biológica, mantas térmicas, e material para tutoragem. Deste modo, a Pombalverde consegue assim acompanhar o progresso, estando permanentemente actualizada de todas as novidades existentes no mercado hortícola e florestal, resultando numa resposta adequada a qualquer necessidade dos clientes. Prova disso é a comercialização de abelhões (Bombus) a introduzir nas estufas para polinizar algumas culturas, nomeadamente o tomateiro.

No sector agro-florestal apontam como principais constrangimentos a falta de organização e apoio às empresas por parte do Estado. Apesar das contrariedades, a Pombalverde firma-se à oito anos no mercado como uma empresa de qualidade e com capacidade de resposta as necessidades comerciais da região onde opera.

Contactos:
Pombalverde – Produção e Comércio de Plantas Lda.
Rua Principal nº10 Bonitos
3105-007 Almagreira PBL
Telefone:
+ 351 236961413
Fax:
+351 236961134
E-mail:
geral@pombalverde.pt
Site:
www.pombalverde.pt

Conteúdos cedidos pela Administração

Área de intervenção – toda a faixa litoral entre Aveiro e Caldas da Rainha, e uma zona mais interior entre Viseu e Ferreira do Zêzere.

47ª Feira Nacional de Agricultura

A 47ª Feira Nacional de Agricultura | 57ª Feira do Ribatejo que teve lugar de 5 a 13 de Junho no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Santarém, contou com a presença de 167 mil pessoas que encontraram um certame mais moderno, de grande amplitude e variedade de expositores ao nível de maquinaria, animais, gastronomia e do sector de actividade agrícola em geral.

Inaugurada pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, António Serrano, a Feira contou ainda com a visita de diversas personalidades nacionais como Paulo Portas, líder do CDS-PP, Fernando Nobre, candidato à Presidência da República, Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República, Jerónimo de Sousa, líder do PCP e Pedro Passos Coelho, presidente do PSD.
A nível internacional, também elevadas figuras visitaram a Feira, nomeadamente Dacian Ciolos, Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, que veio debater a reforma da PAC pós-2013, bem como Elena Mangana, Presidente do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia e Ministra espanhola de Médio Ambiente y Médio Rural e Marino e Saša Dragin, Ministro da Agricultura da República da Sérvia.
A presença do Ribatejo foi reforçada nesta edição ao integrar, pela primeira vez, o salão "FERSANT – Feira das Actividades Económicas da Região de Santarém" a somar à participação dos Municípios do Ribatejo tendo sido dedicado cada dia do evento a um município.
O espaço "Prazer de Provar" colocou ao dispor dos visitantes e de uma forma diferente, diversos produtos como vinho, azeite, mel, queijo e enchidos, com actividades de "show cooking" e provas comentadas.
Na componente de animação, realizaram-se inúmeras iniciativas ao longo de toda a Feira: desfiles e provas de campinos, actividades equestres, demonstrações de escolas de toureio, treino de forcados, bem como espectáculos com grandes nomes da música nacional e internacional.
Na vertente comercial a edição de 2010 revelou-se bastante positiva para os cerca de 600 expositores, que se manifestaram muito satisfeitos com os contactos e negócios estabelecidos, o que demonstra o vigor deste sector em Portugal.
A ANEFA teve igualmente a oportunidade de estar presente neste certame, dando a conhecer o trabalho que tem desenvolvido em prol do Mundo Rural e em especial dos prestadores de serviços que representa.

Carregadoras CAT
para floresta.

Mais força, mais comodidade,
produção excelente e... o mais
importante... sem problemas.

Sinta a diferença!

Contacte-nos!

800 206 707
apoioaclientes@stet.pt
www.stet.pt

Barloworld STET CAT

Bem-vindo
AO FORURAL
A Floresta
e a Agricultura
do Século XXI

O Fórum dos Produtos & Serviços Agro-florestais - FORURAL é um projecto da ANEFA Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente e surge da necessidade de centralizar as oportunidades que o Meio Rural oferece, tendo por base o grau de exigência e competitividade do mercado, quer ao nível da qualidade dos produtos e serviços, como da conservação e melhoria dos recursos naturais.

Assentando num sistema de divulgação comercial e de internacionalização do mercado, e implementando e adequando as melhores soluções técnicas, o FORURAL apresenta um leque variado de produtos & serviços de excelência, respondendo de modo eficaz mediante os objectivos de cada cliente.

Na sua estrutura técnica, comercial e administrativa independente, o FORURAL permite angariar projectos e estabelecer contratos criteriosos, uma vez que incorpora um universo de diversas empresas que operam nas fileiras florestal e agrícola, dotadas de equipas multidisciplinares, com profissionais experientes e com conhecimento na concepção e execução de todo o tipo de projectos.

Fórum dos Produtos & Serviços Agro-florestais

anefa

Rua dos Ameiros, 72 A - C/V A 1500 - 060 Lisboa • PORTUGAL
Tel: 214 315 270 • Fax: 214 315 271 • Tlm: 912 545 930/916 352 210
www.forural.com • Email: geral@forural.com

Galiforest

A Feira Internacional da Galiza teve este ano uma edição de especial destaque para as Florestas do Sul da Europa, com o objectivo de dar a conhecer o sector florestal dessa Região e em especial da Península Ibérica, transpondo mercados nacionais e encorajando a participação de compradores e importadores na Europa.

Inteiramente de carácter profissional e com uma organização internacional, a Galiforest mantém a aposta nas demonstrações in loco, garantindo que esta é uma componente de sucesso para a realização dos objectivos dos expositores.

Nesta edição, a Galiforest contou ainda com a apresentação da 7ª edição da Expoflorestal, que decorrerá em Albergaria-a-Velha nos dias 8, 9 e 10 de Abril de 2011, e que é já uma referência para o sector florestal português.

Joana Faria
ANEFA

Outubro	**Mixed and Pure Forests in a Changing World 2010** Floresta	**6 a 8** Portugal · Vila Real (UTAD) www.forestchange2010.utad.pt
	Macfrut Agricultura	**6 a 8** Itália · Foggia · www.macfrut.com
	Lusoflora Floricultura	**8 a 10** Portugal · Santarém · www.exposan.pt
	Formação em Motosserras e Motorroçadoras: Segurança e Técnicas de Utilização Floresta	**8, 9, 14, 15 e 16** Portugal · Guarda · www.anefa.pt
	Inter Agro Business Agricultura	**14 a 16** Alemanha · Monchengladbach · www.agro-expo.com
	Feira dos Gorazes Agricultura	**14 a 17** Portugal · Mogadouro · www.acismogadouro.com
	Iberflora Espaços Verdes / Horticultura	**20 a 22** Espanha · Valencia · www.iberflora.feriavalencia.com
	Koneagri Agricultura / Máquinas e Equipamentos	**20 a 23** Finlândia · Jyväskylä · www.koneagria.fi
	Fimap / Ferralia Floresta	**20 a 23** Portugal · Porto · www.fimap.exponor.pt
	Elmia Agriculture Machinery & Cultivation Agricultura	**20 a 23** Suécia · Jonkoping www.elmia.se
	Expobioenergia Ambiente / Energias alternativas	**27 a 29** Espanha · Valladolid · www.expobioenergia.com
	Saver Espaços Verdes / Máquinas e Equipamentos	**28 a 31** Espanha · Madrid · www.ifema.es
	Formação em Operações Florestais Floresta	**29 e 30** Portugal · Celorico da Beira www.anefa.pt
Novembro	**Eima** Máquinas e Equipamentos	**10 a 14** Itália · Bolonha · www.eima.it
	Enovit.2010 Agricultura	**11 a 13** Portugal · Lisboa (FIL)
	9th Conference of the European Foundation for Plant Pathology & the 6th Congress of the Sociedade Portuguesa de Fitopatologia Floresta	**15 a 18** Portugal · Évora http://www.efpp10.uevora.pt
	VI International Conference on Forest Fire Research Floresta	**15 a 18** Portugal · Coimbra http://www.adai.pt/icffr/2010
	BioEnergy Decentral Agricultura / Energias alternativas	**16 a 19** Alemanha · Hannover · www.bioenergy-decentral.com
	Agrama Agricultura / Máquinas e Equipamentos	**25 a 29** Suiça · Bern · www.agrama.ch
	Agromek Agricultura / Máquinas e Equipamentos / Produção Animal	**30 Novembro a 4 Dezembro** Dinamarca · Herning www.agromek.dk
Dezembro	**Agrovak Holland** Agricultura	**7 a 10** Holanda · Hertogenbosch www.agrovak.nl

4 Números 12€

8 Números 21€

Pretendo assinar a Revista ANEFA

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ NIF _____

Telefone _____ Email _____

Pagamento por cheque dirigido a: ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Rua dos Arneiros 72A c/v A 1500-060 Lisboa

Gazeta Rural

Um novo olhar!

Consultoria de Comunicação | Assessoria de Imprensa | Promoção de Eventos

classemedia
Grupo de Comunicação

Lourosa de Cima | Apartado 363 | 3501-908 Viseu
Tel.: 232 436 400 | Telm.: 969 832 480 | Fax: 232 461 614
Email: classemedia.lda@gmail.com

diploma	sumário
Despacho n.º 9854/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal Lutão (ZIF n.º 119, processo n.º 187/08-AFN) Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Martim Longo e Giões, do concelho de Alcoutim. A gestão é assegurada por Cumeadas – Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana.
Despacho n.º 9855/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal Clarines (ZIF n.º 118, processo n.º 185/08-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de São Sebastião dos Carros e Espírito Santo, do concelho de Mértola, e das freguesias de Giões e Pereiro, do concelho de Alcoutim. A gestão é assegurada por Cumeadas – Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana.
Despacho n.º 9856/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal Benquerenças (ZIF n.º 117, processo n.º 150/07-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Benquerenças, do concelho de Castelo Branco. A gestão é assegurada por AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior.
Despacho n.º 9857/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal da Malhada do Cervo (ZIF n.º 115, processo n.º 151/07-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Sarzedas, do concelho de Castelo Branco. A gestão é assegurada por AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior.
Despacho n.º 9858/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal da Perna da Negra (ZIF n.º 116, processo n.º 138/07-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia e concelho de Monchique. A gestão é assegurada por ASPAFLOBAL – Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio.
Despacho n.º 9859/2010. D.R. n.º 112, Série II de 2010-06-11	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Torres Vedras Este (ZIF n.º 120, processo n.º 116/08-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Campelos, Maxial, Outeiro da Cabeça e Ramalhal, do concelho de Torres Vedras. A gestão é assegurada por FLOREST – Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura.
Decreto-Lei n.º 69/2010. D.R. n.º 115, Série I de 2010-06-16	Introduz ajustamentos no modelo de gestão do Programa para a Rede Rural Nacional e normas de funcionamento dos Programas de Desenvolvimento Rural, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro, e ao Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 8 de Março.
Despacho n.º 10130/2010. D.R. n.º 115, Série II de 2010-06-16	Abertura de linhas de crédito especiais, das quais podem ser beneficiárias as empresas localizadas nas regiões atingidas pelas intempéries na madrugada de 23 de Dezembro de 2009.
Despacho n.º 10478/2010. D.R. n.º 120, Série II de 2010-06-23	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Montedeiras (ZIF n.º 122, processo n.º 130/07-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos situados nas freguesias de Paredes de Viadores, Manhuncelos, Sande, Penha Longa e Paços de Gaiolo, do concelho de Marco de Canavezes. A gestão é assegurada pela Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega (AFEDT).
Despacho n.º 10479/2010. D.R. n.º 120, Série II de 2010-06-23	Criação da Zona de Intervenção Florestal Lapão (ZIF n.º 121, processo n.º 84/07-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos situados nas freguesias de Pedrógão Grande e Vila Facaia, do concelho de Pedrógão Grande. A gestão é assegurada pela APFLOR – Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande.
Despacho n.º 10599/2010. D.R. n.º 122, Série II de 2010-06-25	Definição das condições de implementação da Rede Rural Nacional (RRN), bem como das regras do seu funcionamento.
Despacho n.º 10849/2010. D.R. n.º 126, Série II de 2010-07-01	Constituição do Observatório Nacional da Desertificação (OND).
Declaração de Rectificação n.º 19/2010. D.R. n.º 127, Série I de 2010-07-02	Rectifica o Decreto-Lei n.º 44/2010, de 3 de Maio (Diário da República, 1.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2010), do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à 27.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna várias Directivas da Comissão Europeia e do Conselho Europeu.
Regulamento (UE) n.º 600/2010, de 8 de Julho de 2010	Altera o Anexo I do Regulamento (CE) n.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao aditamento e à modificação dos exemplos de variedades relacionadas ou de outros produtos aos quais se aplica o mesmo LMR (limite máximo de resíduos de pesticidas).
Portaria n.º 485/2010. D.R. n.º 134, Série I de 2010-07-13 / Portaria n.º 486/2010. D.R. n.º 134, Série I de 2010-07-13 / Portaria n.º 487/2010. D.R. n.º 134, Série I de 2010-07	Aprovação dos Regulamentos de Gestão, respectivamente: - do Fundo de Intervenção Ambiental - do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos - do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
Decisão 2010/385/UE, de 24 de Junho de 2010	Relativa à celebração pela União Europeia do Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA) Por esta Decisão, a União Europeia aprova o Estatuto da IRENA e a sua contribuição anual para esta Agência. Do Estatuto da IRENA, transcreve-se: "Artigo II – Objectivos – A Agência promoverá a adopção generalizada e crescente e a utilização sustentável de todas as formas de energias renováveis, tendo em conta: … b) a contribuição das energias renováveis para a conservação do ambiente, limitando a pressão sobre os recursos naturais e reduzindo a desflorestação, em especial da floresta tropical, a desertificação e a perda de biodiversidade, para a protecção do clima, …".
Despacho n.º 11470/2010. D.R. n.º 135, Série II de 2010-07-14	Aprova a atribuição de apoios financeiros à certificação da gestão florestal Os apoios são concedidos através do Fundo Florestal Permanente. "São beneficiários dos presentes apoios os proprietários e produtores florestais, as organizações de produtores florestais e os órgãos de administração de baldios não submetidos a regime florestal, bem como entidades gestoras de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e entidades de vocação florestal, nomeadamente aquelas que integram pólos de competitividade e tecnologia."

diploma	sumário
Decreto-Lei n.º 86/2010. D.R. n.º 136, Série I de 2010-07-15	Estabelece o regime de inspecção obrigatória dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional, transpondo na parte relativa aos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos a Directiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que estabelece um quadro de acção a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas.
Despacho normativo n.º 20/2010. D.R. n.º 136, Série II de 2010-07-15	Revoga o Artigo 2.º do Despacho normativo n.º 26/2008, de 15 de Abril, determinando o cancelamento da aplicação da taxa de modulação voluntária dos pagamentos directos.
Portaria n.º 501/2010. D.R. n.º 137, Série I de 2010-07-16	Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa para a Rede Rural Nacional
Decreto-Lei n.º 88/2010. D.R. n.º 139, Série I de 2010-07-20	Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, com excepção das utilizadas para fins ornamentais, transpõe a Directiva n.º 2009/74/CE, da Comissão, de 26 de Junho, e revoga os Decretos-Leis n.os 144/2005, de 26 de Agosto, 62/2007, de 14 de Março, 260/2007, de 17 de Julho, e 38/2009, de 10 de Fevereiro.
Despacho n.º 12416/2010. D.R. n.º 148, Série II de 2010-08-02	Criação do Grupo de Projecto (Autoridade de Gestão do PRRN) para o Programa de Rede Rural Nacional (PRRN).
Despacho n.º 12513/2010. D.R. n.º 149, Série II de 2010-08-03	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Campelo (ZIF n.º124, processo n.º 127/07-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Campelo, do concelho de Figueiró dos Vinhos. A gestão é assegurada pela Cooperativa Agrícola Norte Distrito Leiria, SCRL – FICAPE.
Despacho n.º 12514/2010. D.R. n.º 149, Série II de 2010-08-03	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Gondar (ZIF n.º123, processo n.º 104/07-AFN) Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Bustelo, Candemil, Gondar e Várzea, do concelho de Amarante. A gestão da ZIF é assegurada pela Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega – AFEDT.
Despacho n.º 12515/2010. D.R. n.º 149, Série II de 2010-08-03	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Felgueiras (ZIF n.º125, processo n.º 152/07-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Borba de Godim, Macieira da Lixa, Pinheiro, Moure, Friande, Sendim e Jugueiros (concelho de Felgueiras), Telões (concelho de Amarante) e Agilde e Fervença (concelho de Celorico de Basto). A gestão da ZIF é assegurada pela Associação Florestal do Vale do Sousa.
Despacho n.º 12519/2010. D.R. n.º 149, Série II de 2010-08-03	Criação da Zona de Intervenção Florestal de São Vicente (ZIF n.º 114, processo n.º 204/08-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de S. Vicente da Beira, do concelho de Castelo Branco. A gestão da ZIF é assegurada pela Associação de Produtores Florestais da Espadana e Gardunha.
Despacho n.º 12520/2010. D.R. n.º 149, Série II de 2010-08-03	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Chaves Sul (ZIF n.º126, processo n.º 207/08-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Loivos, Oura, Vidago, Selhariz, Arcossó, Vilas Boas, Vilarinho das Paranheiras, Vilela do Tâmega e S. Pedro de Agostém, do concelho de Chaves. A gestão da ZIF é assegurada pela Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves.
Resolução da Assembleia da República n.º 84/2010. D.R. n.º 150, Série I de 2010-08-04 e Resolução da Assembleia da República n.º 85/2010. D.R. n.º 150, Série I de 2010-08-04	Respectivamente: - Discriminação positiva e políticas de apoio às populações residentes nas áreas protegidas - Isenção da aplicação das taxas devidas ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), à população residente nas zonas protegidas e utilização das receitas resultantes na integração desses residentes neste modelo de desenvolvimento de território e na melhoria dos meios de fiscalização do ICNB, I. P.
Portaria n.º 652-A/2010. D.R. n.º 153, Suplemento, Série I de 2010-08-09	Aprova o regulamento que estabelece as regras de atribuição e de controlo da aplicação da ajuda na luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro
Resolução da Assembleia da República n.º 105/2010. D.R. n.º 158, Série I de 2010-08-16	Recomenda ao Governo que implemente medidas de reconversão dos usos de solo nas áreas afectadas pelo nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)
Despacho n.º 13741/2010. D.R. n.º 167, Série II de 2010-08-27	Concessão de uma ajuda de emergência, para a alimentação animal, com vista a compensar as perdas ocorridas nas áreas de pastoreio ardidas no Verão de 2010
Portaria n.º 811/2010. D.R. n.º 167, Série I de 2010-08-27	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 1.7, «Cumprimento de Novas Normas Obrigatórias», do subprograma n.º 1 «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER)
Portaria n.º 814/2010. D.R. n.º 167, Série I de 2010-08-27	Altera os Regulamentos de Aplicação das Medidas do PRODER Salientam-se referências a: - assuntos florestais e agro-florestais; - a baldios; - a Empresas Florestais; - a entidades gestoras de ZIF; - à Autoridade Florestal Nacional; - a actividades turísticas associadas à caça e pesca lúdica em águas interiores.
Despacho n.º 13840/2010. D.R. n.º 169, Série II de 2010-08-31	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Boa Memória (ZIF n.º 127, processo n.º 188/08-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Turquel e Benedita, concelho de Alcobaça. A sua gestão é assegurada pela APFCAN – Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré.
Lei n.º 31/2010. D.R. n.º 171, Série I de 2010-09-02	Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por Fundos Comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas.
Despacho n.º 13954/2010. D.R. n.º 172, Série II de 2010-09-03	Preparação dos necessários procedimentos legais para a realização de estudos de avaliação e monitorização do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2009-2010), por parte da AFN. Das determinações, transcreve-se: "1) Estudo de avaliação e monitorização do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (2009-2010); 2) Estudo de avaliação dos impactos das campanhas de sensibilização para a defesa da floresta contra incêndios que decorrem até ao final do período crítico de 2010."

gestiverde
GESTÃO RURAL, LDA

PRODER
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2008-2013

- Apoios ao Investimento nas Explorações Agrícolas
- Apoios à Transformações e/ou Comercialização de Produtos Agrícolas/Pecuários
- Instalação de Jovens Agricultores

Consulte-nos:

Temos 20 anos de experiência em candidaturas a Apoios comunitários.

Rua D. Lopo de Almeida Lt 81 r/c esq.
2200 281 Abrantes

Tel 241 366 806
Fax 241 366 850
Tmv 963 682 890
geral@gestiverde.pt

7ª EDIÇÃO

EXPO 2011 FLORESTAL

8-9-10 ABRIL

ALBERGARIA-A-VELHA

O MAIOR ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO FLORESTAL DO PAÍS

2011 Ano Internacional das Florestas

Produtos e Equipamentos florestais
Biomassa e produção energética | Uso múltiplo da floresta
Artesanato à base de produtos florestais
Exposição de viaturas de combate a incêndios florestais
Exposição de trabalhos escolares | Demonstrações técnicas
Concursos | Baptismos de voo de helicóptero
Animação cultural | Espaços de alimentação e convívio

Organização

anefa
Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

afbv

Bombeiros Albergaria-a-Velha

Secretariado da EXPOFLORESTAL 2011
Rua dos Arneiros, 72 A – c/v A, 1500-060 Lisboa Portugal
Tel.: 214 315 270 * Fax: 214 315 271 * Tlm.: 912 545 930
Email: expoflorestal@gmail.com * Site: www.expoflorestal.com